

Journal da ABI

Órgão Oficial da Associação Brasileira de Imprensa – Junho de 2004 – Nº 295 – EDIÇÃO ESPECIAL

ESTAMOS DE VOLTA!

A ABI cresceu com a aproximação dos jornalistas e abraçou a todos; reuniu amigos, reatou velhos laços, inaugurou novas relações, surpreendeu toda gente, sacudiu a poeira e deu a volta por cima na eleição mais expressiva dos últimos dez anos (Página 2). As reportagens sobre a eleição na ABI estão nas páginas 3, 4, 6, 8, 10 e 12.

Ancelmo Gois: eleitor e eleito



Sérgio Cabral, Milton Temer, Mauricio Azêdo, Ferreira Gullar, Aristélio Andrade...



Ziraldo, Fichel Davit Chargel e Fritz Utzeri, todos eleitos na Chapa Prudente de Moraes

NESTA EDIÇÃO

Adail • Amicucci Gallo • André Brugni • Aristélio Andrade • Cícero Sandroni • Chico Caruso • Cristina Konder • Dênis de Moraes • Fernando Barbosa Lima • Fernando Segismundo • João Máximo • Maurício Azêdo • Milton Temer • Roberto M. Moura • Rubem Mauro Machado • Rui Pizarro • Villas-Bôas Corrêa

O CASO LARRY ROHTER

Ao dar à sua matéria sobre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a forma que tanta indignação causou ao seu retratado, o jornalista Larry Rohter, correspondente do *The New York Times* no Brasil, fez bom jornalismo em termos de técnica, ética e oportunidade do tema? Essa é a questão que o *Journal da ABI* está submetendo aos seus leitores e à comunidade jornalística do Brasil, que vai assim julgar ou avaliar um texto e uma publicação que dominaram as manchetes do país na primeira quinzena de maio e ensejaram incisiva decisão do Superior Tribunal de Justiça em defesa da liberdade de imprensa e de manifestação do pensamento.

Páginas 18, 19 e 20

Um mutirão de ouro

O Jornal da ABI volta a circular depois de um ano, inaugurando a nova gestão sob a liderança dos jornalistas Maurício Azêdo e Milton Temer.

Esta edição, comemorativa do Dia da Imprensa e da posse da nova diretoria, tem um caráter singular que a torna uma edição especial — diríamos até uma Edição de Ouro, lembrando os memoráveis livros de arrecadação de doações e adesão a causas importantes, cujos efeitos se acreditava poder estender a toda a sociedade.

Uma edição marcada pela doação em seu sentido mais amplo, de oferecimento generoso do que cada um tem de mais caro — o saber fazer dos jornalistas, seus textos, traços, fotos e o prestígio que construíram ao longo de suas carreiras. Das empresas e instituições, recursos financeiros aqui traduzidos em páginas de bons votos e comemoração, demonstrando já de início que a causa da comunidade dos jornalistas tem relevância para a sociedade em geral. É uma edição marcada pela união em torno do ideal de reconstrução e fortalecimento da Associação Brasileira de Imprensa.

É também, de certa forma, uma edição de ouro no sentido hoje mais comum da utilização do termo — o de reunir e guardar informações sobre aspectos particulares da história e do conhecimento. Não chega a tanto uma única edição de publicação tão modesta como um simples jornal. Por esse ângulo, o *Jornal da ABI* é apenas uma página, guardando um momento especial na vida de uns tantos jornalistas, refletindo uma

alegria imensa que tomou conta de cada um que se aproximava da Casa, naquele 30 de abril, contradizendo a já célebre frase de Mário Cunha que diz que “a ABI cresce à medida que nos afastamos dela, e fica cada vez menor à medida que nos aproximamos”.

A ABI cresceu com a aproximação dos jornalistas e abraçou a todos; reuniu amigos, reatou velhos laços, inaugurou novas relações, surpreendeu toda gente, sacudiu a poeira e deu a volta por cima na eleição mais expressiva dos últimos 10 anos; retomou a voz e se fez presente no debate sobre a polêmica decisão do presidente Lula no caso do repórter do *The New York Times*.

Neste Dia da Imprensa, a ABI abriu as portas para uma grande festa, comemorando a aproximação dos jornalistas que em mutirão vão arrumando a casa, recompondo-lhe a alma, a vitalidade, o texto. Esperamos que esse momento “de ouro” se repita a cada edição de cada dia que formos obstinadamente construindo, na pretensão de que a causa estimule adesões entre todos os membros da comunidade de jornalistas e possa estender-se em benefício de toda a sociedade.



Joseti Marques
Diretora de Jornalismo
Editora do *Jornal da ABI*

NESTA EDIÇÃO

A longa jornada da ABI no rumo do seu renascimento
Maurício Azêdo

Páginas 3, 4, 6, 8, 10 e 12

Histórias que o tempo não apaga

João Máximo

Páginas 14 e 15

Uma democrática “patota”

Milton Temer

Página 16

O repórter Larry Rohter fez bom jornalismo?

Maurício Azêdo

Páginas 18 e 19

No meio do caminho havia a Constituição

Rui Pizarro

Página 20

A verdade como alternativa

Cícero Sandroni

Página 21

A nova ABI

Aristélio Andrade

Página 22

Caó em seus grandes papéis

Página 23

Imprensa nossa de cada dia

André Brugni

Páginas 24 e 25

A mídia nos tempos da globalização

Dênis Moraes

Página 26

ABI: uma nova fase

Cristina Konder

Página 27

Pelas antenas da TV

Fernando Barbosa Lima

Página 28

A ABI na campanha

Villas-Bôas Corrêa

Página 29

ABI: entidade da sociedade civil organizada

Milton Temer

Página 31

ABI: atualidade e futuro

Fernando Segismundo

Página 33

Um século de amor pela ABI

Rubem Mauro Machado

Página 35

Os tempos de Monarco e Tupi

Roberto Moura

Página 36



Associação Brasileira de Imprensa

Fundada em 7 de abril de 1908.

Presidente: Maurício Azêdo; **Vice-presidente:** Milton Temer; **Diretor Financeiro:** Aristélio Andrade; **Diretor Social:** Domingos Meirelles; **Diretor de Cultura e Lazer:**

João Máximo; **Diretor Administrativo:** Fichel Davit Chargel; **Diretora de Jornalismo:** Joseti Marques. **Mesa do Conselho Administrativo:** Presidente: Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos; **1º Secretário:** Lênin Novaes; **2º Secretário:** Nilo Braga. **Conselho Consultivo:** Chico Caruso, Ferreira Gullar; José Aparecido de Oliveira, Miro Teixeira, Teixeira Heizer, Zivaldo, Zuenir Ventura. **Conselho Fiscal:** Jesus Antunes (Presidente), Aziz Ahmed (Secretário), Adriano Barbosa, Altenir Santos Rodrigues, Luiz Carlos de Oliveira, Zilda Ferreira. **Comissão de Sindicância:** Berta Nutels, Maria Inês Duque Estrada, Tamar de Castro, Ely Moreira, Maurílio Ferreira. **Comissão de Ética dos Meios de Comunicação:** Cícero Sandroni, Ivan Alves Filho, Paulo Totti, Mário da Cunha, Alberto Dines. **Comissão de Liberdade de Imprensa e Expressão:** José Gomes Talarico, Orfeu Santos Salles, Ariosto da Silva Pinto, Mário Augusto Jakobskind,

Altenir Santos Rodrigues, Yaci Nunes, Germando Oliveira Gonçalves, Italo de Saldanha da Gama, Irene Cristina Gurgel do Amaral, Maria Cecília Ribas Carneiro, Adalberto Diniz, Anísio Félix, Paulo Parisi.

JORNAL DA ABI

Rua Araújo Porto Alegre, 71, 7º andar. Telefone: (21) 2220-3222

CEP 22.030-010 – Rio de Janeiro – RJ

(jornal@abi.org.br)

Diretor responsável: Maurício Azêdo

Editor: Joseti Marques ■ Editoração: Osvaldo Moreira da Silva

■ Revisão: Fátima Carone ■ Impressão: Gráfica MEC – R. Visconde de Santa Isabel, 420 – Grajaú – Rio de Janeiro, RJ.

As reportagens e artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do *Jornal da ABI*.

A longa jornada da ABI no rumo do seu renascimento

MAURÍCIO AZÊDO

“Vem correndo aqui para a ABI que eles estão querendo adiar a eleição.”

Eram pouco mais de 8 horas da manhã do dia 30 de abril quando o coordenador da Chapa Prudente de Moraes, Fichel Davit Chargel, começou a disparar telefonemas para uma série de companheiros informando, com o devido acento de indignação, que o esquema de poder então dominante na ABI articulava o adiamento da eleição para a Diretoria e para a renovação de um terço (15 efetivos e 15 suplentes) dos membros do Conselho Deliberativo da entidade. Aos autores da manobra não repugnava o uso de métodos pouco éticos — se havia qualquer dose de ética em seu comportamento. Além de instruir a telefonista para que informasse a quem ligava que a eleição estava adiada para a semana seguinte, o grupo ligado à impropriamente chamada Chapa Barbosa Lima afixara nos *halls* dos elevadores, no térreo e em andares freqüentados pelos sócios da ABI um aviso formal comunicando o adiamento da eleição e sua nova data. Do aviso constavam como signatários os nomes do Presidente, Fernando Segismundo, e do 1º Vice-presidente, Henrique Miranda, mas nem um nem outro o havia assinado. Era um aviso apócrifo, obra de golpistas.

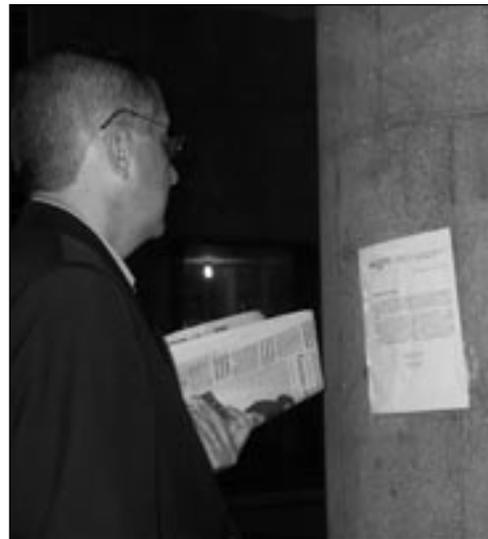
Como o início da eleição estava marcado para as 10 horas, havia pouco tempo para desmontar a manobra, que fora urdida entre 9 da noite do dia 29 e a manhã do dia 30, depois que a Chapa Prudente de Moraes conseguira derrubar na Justiça a primeira tentativa de adiamento da eleição. Responsável, como 1º Secretário e, também, como Presidente da Comissão Eleitoral instituída pelo Conselho Deliberativo, pelas providências materiais relacionadas com a eleição, o Diretor Carlos Artur Pitombeira deixara a sede da ABI depois das 9 na noite da véspera com a convicção de que seriam cumpridas as instruções que transmitira a vários servidores da Casa. Como na tradição das eleições na ABI, os funcionários deveriam providenciar a descida de mesas para o *hall* do térreo, a fim de que os representantes e partidários das chapas concorrentes tivessem espaço próprio para propaganda e recepção dos elei-

As manobras de bastidores urdidas antes da eleição de 30 de abril por um esquema que não queria abrir mão de seu poder na ABI.



Fotos Joseti Marques

Na sala de Segismundo, membros da Chapa Prudente de Moraes garantem o processo eleitoral



Eleitor (Cláudio Carneiro) esbarra no aviso apócrifo de cancelamento da eleição, afinal confirmada.

tores. Quando chegassem na manhã do dia 30, os membros das correntes em confronto já teriam seus lugares demarcados.

Com a colaboração ou o estímulo do Vice-presidente Henrique Miranda, que desde a véspera, de forma velada e sinuosa, recusara reconhecer a determinação judicial que restabelecera a decisão de realização das eleições, o Tesoureiro Osvaldo Peres Maneschy planejou e comandou a manobra para adiamento da eleição. Diretamente ou através de pessoa qualificada, Maneschy conseguiu que o plantão da redação do *Jornal do Brasil* acolhesse e fizesse publicar uma notícia curta e objetiva dando conta do adiamento da eleição. Assim, levou o *JB* a divulgar informações contraditórias: além dessa nota marota, o jornal publicava na coluna de Ricardo Boechat a informação de que a eleição fora mantida para aquele dia 30. Com irreverência, Boechat ironizava o paradoxo: a tentativa de adiamento da eleição partira da Chapa Diretas Já, a terceira inscrita para a eleição.

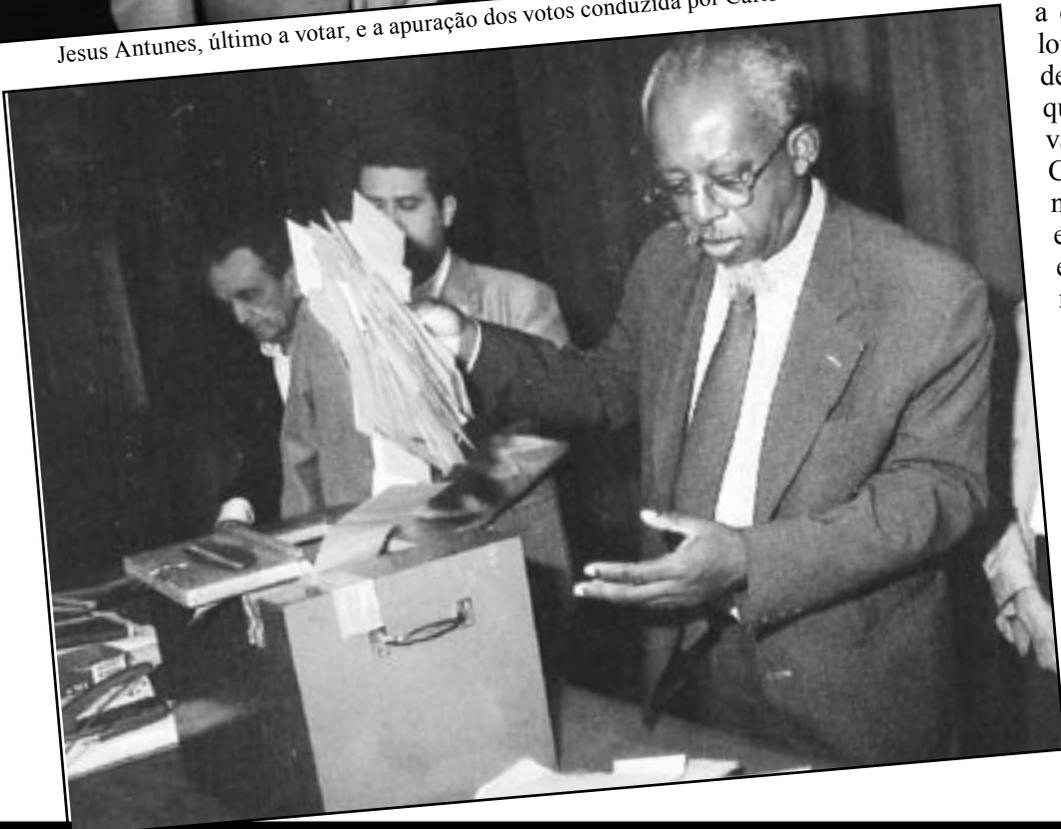
Diante da informação de Fichel Davit, integrantes da Chapa Prudente de Moraes acorreram imediatamente à ABI, para bloquear e anular a tentativa de adiamento da eleição, se necessário recorrendo à Justiça em busca de medida judicial eficaz que garantisse a realização do pleito no dia para o qual fora convocado. Tal, porém, não foi preciso: os sabotadores da eleição não conseguiram a adesão do Presidente Fernando Segismundo, que, mesmo integrando a Chapa Barbosa Lima, não compactuou com a manobra e, mais do que isso, autorizou as providências para que a votação fosse efetivada, com a transferência para o 9º andar, palco das eleições da Casa, de equipamentos, materiais, documentos e funcionários necessários ao processamento da votação: computadores com a listagem de sócios, para indicação de seu número de matrícula e sua situação perante a Tesouraria da Casa, livro de presença, cédulas com as chapas inscritas, mesas e cadeiras para instalação da Mesa Diretora da Assembléia-Geral e funcionários para colaborar nos trabalhos de votação e atendimento dos eleitores.

Às 10h20min, 20 minutos após a hora aprazada no edital de convocação, teve início a votação. Como pri-

Foto Amicucci Gallo



Jesus Antunes, último a votar, e a apuração dos votos conduzida por Carlos Alberto Caó (abaixo)



meiro signatário da lista de votação, no livro de presença, figurou o Presidente Fernando Segismundo. Com a tensão que perdurou até esse desfêcho, Segismundo assinou o livro mas acabou não votando. Sua atenção foi desviada para outras providências e chamados, inclusive de membros da Chapa Barbosa Lima insatisfeitos com sua decisão de não se associar à manobra dos que queriam adiar a eleição porque sabiam que iriam perdê-la. Como o paciente que nos estertores da agonia e no auge da dor clama por uma injeção de coramina, o poder dominante queria pelo menos mais uma semana de sobrevida.

A partir daí a ABI viveu momentos de vibração cívica e de confraternização como há muito não se via na Casa, com a chegada, às vezes em massa, lotando os amplos elevadores, de dezenas e dezenas de sócios que há muito não freqüentavam o Edifício Herbert Moses. Companheiros que há muito não se viam reencontravam-se e se abraçavam com profunda emoção e grande alegria, retomavam, como se iniciadas na véspera, conversas há muito interrompidas.

Logo na primeira hora de votação, abraçaram-se com muito carinho o poeta, pintor, crítico de artes plásticas, teatrólogo, jornalista e homem múltiplo Ferreira Gullar e o também escritor, compositor, jornalista e homem múltiplo Sérgio Cabral, ambos inscritos na Chapa Prudente de Moraes, o primeiro como membro do

Conselho Consultivo, o segundo como candidato à reeleição para membro do Conselho Deliberativo, ambos companheiros em antigas e memoráveis jornadas, no *Jornal do Brasil*, antes do golpe de 1964, depois na *Folha da Semana*, o primeiro jornal de oposição ao regime militar, criado em 1965 e fechado pelo Governo Castelo Branco em 1966.

No mesmo espaço se encontrariam depois Moacir Werneck de Castro e alguns de seus liderados na antiga *Última Hora* de Samuel Wainer, como Flávio Tavares, um dos principais colunistas do jornal até a erupção do golpe militar e depois, na resistência à ditadura, vítima de violências inauditas da repressão que se instalou no Cone Sul — Brasil, Uruguai, Argentina — após a derrubada dos governos constitucionais. Em torno de ambos juntaram-se amigos e admiradores da longa e fecunda trajetória de Moacir Werneck, que, à beira dos 90 anos, reagiu com entusiasmo ao convite para integrar ou apoiar a Chapa Prudente de Moraes.

“Eu estou com vocês, vou lá votar”, disse ele a Fichel Davit. “Só não entro na Chapa porque preciso dar a vez a gente mais moça”.

Momento especial de emoção foi proporcionado pela chegada do jornalista Milton Salles, que veio de cadeira de rodas empurrada pela esposa e demorou um tempão para cobrir a distância entre o elevador e a mesa eleitoral: a todo instante ele era detido e abraçado por companheiros, uns lembrando sua atividade no *Jornal dos Sports*, outros evocando o redator seguro da *Revista do Esporte* ou o ferino colunista da *Revista do Rádio* na celebrada seção Mexericos da Candinha, a mais procurada e festejada pelos leitores. Milton provocou

De A a Z, os que votaram

A

Abílio Pereira da Silva
Acurcio Rodrigues
Adail José de Paula
Adalberto Geraldo Diniz
Adhamyr Ribeiro
Andrei de Sampaio
Adriano do Nascimento Barbosa
Adroaldo Peixoto Garani
Ágata Messina
Agenor Martins
Agis Pereira
Ailton Peixoto dos Santos
Alacrino Pedro Baptista
Alessandro Rocha Fonseca
Alexandre Sassaki
Altenir Santos Rodrigues
Alvaro Gonçalves de Queiroz

Foram os seguintes, em ordem alfabética, os associados que participaram da histórica eleição de 30 de abril, a primeira em que o corpo social elegeu a Diretoria da Casa pelo voto direto.

Américo Moraes da Silva
Ana Arruda Callado
Ana Cristina Meireles Vieira
Ana Lúcia Pinheiro Arrazola
Ancelmo Rezende Góes
André Brugni de Aguiar
André Luiz de Carvalho
André Luiz Lopes
André Moreau Louzeiro
Andréa Monteiro de Castro Rena
Anísio Félix dos Santos
Anna Lee Rosa de Freitas
Antonieta Vieira dos Santos

Antonio Avelar Cavalcanti de Albuquerque
Antonio Calegari
Antonio Carlos Austregésilo de Athayde
Antonio Carlos Carvalho
Antonio Carlos da Cunha
Antonio Carlos Ferreira Gabriel
Antonio Dominguez Calvo
Antonio Idaló Neto
Antônio José de Almeida Filho
Antonio José Ferreira Libório
Antonio Modesto da Silveira

Antonio Mota Carneiro
Antonio Nery
Antonio Nogueira Lyra
Antonio Roberto Arruda
Antonio Roberto Salgado da Cunha
Antonio Rodrigues de Paula Filho
Antonio Vivaldo de Azevedo
Araquém Moura Roulien
Arcirio Gouvea Neto
Ariosto da Silva Pinto
Aristélio Travassos de Andrade
Armando Vidal Pedroza
Arnaldo César Ricci Jacob
Arthur Auto Nery Cabral
Arthur José Poerner
Arthur Silva Pinto
Artur Cantalice
Artur Parahyba
Aureclydes Ponce de Leon Antunes

Foto Amicucci Gallo



Milton Temer abraça Azêdo, quando a Mesa anuncia o resultado da eleição: emoção e alegria na vitória da Chapa Prudente de Moraes

Os números das eleições

Em relação aos anos precedentes e a grande parte da década de 90 foi excepcional a afluência à eleição da ABI de 2004, a qual quase duplicou em comparação ao ano imediatamente anterior. Eis os números do comparecimento às eleições:

1994.....	224
1995.....	198
1996.....	148
1997.....	181
1998.....	112
1999.....	108
2000.....	99
2001.....	39
2002.....	187
2003.....	206
2004.....	365

emoções e também se comoveu: não via alguns companheiros há mais de 30 anos.

“Você anda por onde, cara?”, era a frase que mais se ouvia, antes e depois de abraços calorosos, seguidos de conversas recheadas de evocações junto ao balcão do *hall* do 9º andar, onde dona Leonídia e outros funcionários da ABI serviram cafezinho até o fim da votação, às 8 da noite. Foi sob aplausos dos companheiros que inundavam o *hall* que, como acontece nas eleições dos últimos anos, Jesus Antunes assinou

o livro e depositou seu voto como último eleitor — o 365º sócio a participar da votação.

Aplausos espocaram também quando se anunciou que esse era o 365º voto, um contraste com a magra e declinante presença de associados nas recentes disputas eleitorais da ABI, processo que começou a conhecer reversão a partir de 2002, quando os associados agora reunidos na Chapa Prudente de Moraes iniciaram o trabalho de sensibilização do corpo social para a necessidade de revitalização da Casa. Esse declínio chegou ao seu

ponto mais baixo e crítico na eleição de 2000, quando apenas 99 sócios participaram da votação, destinada à escolha de 30 candidatos.

Para muitos dos presentes, a participação de tantos associados na eleição de 2004 foi um sinal do começo do renascimento da ABI, compromisso da Chapa Prudente de Moraes para honrar os resultados da apuração efetuada logo após a lacração da urna:

- para a Diretoria: Chapa Prudente de Moraes, 218 votos; Chapa Barbosa Lima Sobrinho, 108; Chapa Diretas Já, 31;

- para a Comissão Fiscal: Chapa Prudente de Moraes, 216 votos; Chapa Barbosa Lima, 92; Chapa Diretas Já, 30.

Um compromisso da chapa para honrar o seu inesquecível patrono e retomar a vitalidade que ele deu à ABI: na eleição de 1976, votaram 816 associados. Um deles, o jornalista e teatrólogo Guilherme de Figueiredo, apresentou-se a Prudente de Moraes com o ânimo de um voluntário pronto para o combate:

“Prudentinho, querido, estou à sua disposição para o que der e vier.”

Avanir de Oliveira Magalhães Júnior
(Avanir Niko)
Ayrton Gomes
Ayrton Siqueira da Costa
Aziz Ahmed

B

Beatriz de Oliveira Santa Cruz Lima Chargel
Beatriz Joana I. Bissio S. Moreira
Beatriz Lore
Benicio Neiva de Medeiros
Bertha N. Nutels
Brasilo Acioly
Bruno Torres Paraíso

C

Carlos Alberto Arruda de Mattos
Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos
Carlos Arthur Pitombeira
Carlos Arthur Pitombeira Jr.
Carlos Augusto Drumond Pereira

Carlos Dei S. Ribas
Carlos Henrique Campany Nicolau
Carlos Newton Leitão
Carlos Nobre da Cruz
Carlos Roberto Ribeiro
Carmen Lúcia Barreto Petit
Cicero Augusto R. Sandroni
Cid de Queiroz Benjamin
Clarisse Cunha
Claudia Santiago Vieira
Claudio Nelson Carneiro
Cleber Cabral Reis
Conrado Ribeiro Pereira da Silva

D

Dahas Chade Zarur
Daniel Mazola Froes de Castro
Delarme Calliope
Dirmar Reis Cayreyt de Souza
Diva Maria Rausch Bello
Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Domingos João Meirelles
Doris Baena Cunha

E

Edison Curie Nequete
Eduardo da Rosa
Eduardo Ravasco Moreira Maia
Eduardo Soares de Oliveira
Edy Alves Cabral
Eleonora Grazina Monteiro
Eloy dos Santos
Ely Moreira da Silva
Elza Maria Oliveira Calazans
Elza Soares Ribeiro
Erno Schneider
Ester Cristina Machado Ruas Bon
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Eunice Iracema Scholze
Eva Spitz
Evandro Vieira
Everaldo da Cunha
Evilemar Macena de Oliveira

F

Fabio Cerqueira Campos

Fenelon Paul Perdigão
Fernando Antonio Calazans
Fernando Ferreira Sampaio
Fernando Henrique Gonçalves
Fernando Italo
Fernando João Abelha Salles
Fernando Segismundo Esteves
Fichel Davit Chargel
Flávio Olive
Flávio Tavares
Francisco de Assis Couto Teixeira
Francisco de Assis d'Veas (Jeff Thomas)
Francisco Paulino Vieira dos Santos
Francisco Pedro do Couto
Francisco Silva Nobre
Frederico Carlo Utzeri
Frederico Lourenço Gomes

G

Gabriel José S. de Matos

A batalha judicial para garantir a eleição

A eleição de 2004 da ABI foi precedida de uma batalha judicial para a qual a Chapa Prudente de Moraes teve de se mobilizar às pressas, a fim de garantir que o pleito se realizasse e, assim, evitar que o corpo social fosse abatido por desânimo ou ficasse desencantado com disputas internas na entidade. Esses sentimentos poderiam atingir até mesmo militantes da Chapa Prudente de Moraes, que há meses vinham se empenhando em esforços relacionados com a eleição e de repente os veriam frustrados.

O corre-corre ao Judiciário foi provocado por uma ação ajuizada pelo articulador da Chapa Diretas Já, José Teixeira Peroba, Tesoureiro afastado do cargo pela Assembléia-Geral de 2002, que pretendia a anulação da Assembléia-Geral de alteração do Estatuto, sob a alegação de que não fora publicado o edital de sua convocação nem atingido o quórum necessário para a sua instalação. Com isso, pretendia o impetrante anular a adoção do regime de eleição direta para a Diretoria, instituída pela ABI para atender a determinação do novo Código Civil.

Pela tradição, a Assembléia-Geral anual da ABI é desdobrada em



Na 28a. Vara Cível, após a decisão judicial. Na frente, Amicucci Gallo, Domingos Xisto, Milton Temer, Fichel Davit, Joseti Marques. De pé, João Máximo, Domingos Meirelles, Aristélio Andrade, Maurício Azêdo, Mário Jakobskind, Araquém Roulien e Vitor Iorio.

duas partes. A primeira, em que é eleita a mesa diretora dos trabalhos, é destinada às questões administrativas da Casa, que toma conhecimento do Relatório da Diretoria e do Parecer da Comissão Fiscal à

Prestação de Contas do Tesoureiro, e a assuntos gerais. Esgotada a pauta da ordem do dia, a sessão da Assembléia é suspensa, para reabertura às 10 horas do dia seguinte, com a realização da votação e apuração de

seus resultados. A Chapa Diretas Já queria suspender tudo: os debates, num dia, e a votação, no outro.

No fim do expediente do dia 28, a menos de 24 horas do início da Assembléia, a ABI foi notificada de

George Roberto Tartaglia
Gerdal Renner dos Santos
Germando de Oliveira Gonçalves
Gilberto Braga Magalhães
Gilberto José Nahum
Gilson Monteiro
Gilza Anna de Souza
Glória Suely Alvarez Campos
Gustavo Vilella
Gutemberg Monteiro

H

Hélio Fernandes Filho
Hélio Matias
Helio Raphael de Carvalho
Helton Bagno
Henrique Baptista Aranha Miranda
Henrique João Cordeiro
Héris Arnt Telles Ferreira
Hilo Lins e Silva
Hithler Teixeira Heizer
Hugo Laércio de Góes
Humberto Nascimento Lourival

I

Ilma Araújo dos Santos
Ilma Martins
Irapuã Araújo
Israel Manoel da Paixão
Italo de Saldanha da Gama
Italo Mário Andrioli
Ivan Alves Filho
Ivan Cavalcanti Proença
Ivan L. Dias Júnior

J

Jackson Saboya Bezerra de Menezes
Jadyr Vogel
Jaime Corrêa de Souza
Jair Lemos
Jarbas Domingos Vaz
Jayme Guimarães Moraes
Jefferson Salomão de Franco
Jesus Chediak
Jesus Edgard Mendes Catoira
Jesus Soares Antunes

João Augusto Leonesy Pontes
João Carlos Silva Cardoso
João Máximo
João Ribeiro da Silva
Jorge Antonio Barros da Costa
Jorge Nunes de Freitas
Jorge Ribeiro Silva
Jorge Roberto M. de Freitas
Jorge Roberto Martins
Jorge Saldanha de Araújo
José de Jesus Louzeiro
José Edmundo de Araújo Neto
José Eurides Pereira Queiroz
José Fernandes
José Gomes Talarico
José Luiz L. Duarte
José Miranda Salgado
José Reinaldo Belisário Marques
José Rezende Neto
José Ribamar Ferreira (Ferreira Gullar)
José Ricardo dos Reis
José Silvestre Gorgulho
José Teixeira Peroba
Joseti Marques
Juçara Cristina Braga dos Santos

Júlio Camargo Silva
Julio Cesar da Mota
Jussara Maria Generoso Magalhães

K

Kepler Alves Borges

L

Lauro Lacraux Lemos
Leda Acquarone Sá
Lênin Novaes
Leonel Kaz
Leonor Guedes
Ligia Moreira Bastos
Lilia Coelho da Costa
Lilian Costa Nabuco Santos
Lindolfo Machado da Rosa
Loris Baena Cunha
Lorimar Macedo Ferreira
Luciana Crespo Pinto
Lucy Mary Corrêa M. Carneiro

Fotos Amicucci Gallo



Reunião conduzida por Fichel Davit Chargel, após a suspensão da liminar, para instalação da assembléia geral que garantiria a eleição no dia seguinte

que ela fora suspensa por determinação judicial, pois Peroba pleiteara a concessão de liminar, pedido deferido pelo juiz Magno Alves de Assunção, da 28ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado, à qual fora distribuída a ação. Já à noite, numa reunião de emergência de diretores da ABI com representantes das chapas Prudente de Moraes e Barbosa Lima, ficou acertado que a ABI postularia no dia seguinte a revogação da liminar em petição que seria firmada também em nome dessas duas chapas, que para isso dariam procuração à advogada da ABI.



A advogada Luciana Moura

Sem recusar participar da defesa que a Diretoria da ABI pensava articular, a Chapa Prudente de Moraes decidiu pleitear sua admissão na ação como terceira interessada, porquanto seria a principal prejudicada com o cancelamento da Assembléia, pois já então se desenhava que obteria ampla vitória na eleição. Prova disso era a grande afluência à Assembléia de seus partidários, que começaram a chegar à ABI antes mesmo das 10 da manhã, numa prova de seu grande interesse na definição dos destinos da entidade. Grande parte desses sócios permaneceu

de plantão na ABI praticamente o dia todo; outros foram trabalhar, tratar de seus afazeres, mas ficaram o dia todo ligados no desfecho das providências adotadas junto ao Judiciário. No começo da noite desse dia 29, já com a liminar revogada, mais de 50 sócios estavam presentes para instalar a primeira etapa da Assembléia, que foi efetivamente instalada.

Como cabeças da Chapa Prudente de Moraes, Maurício Azêdo e Milton Temer firmaram procuração à advogada Luciana Moura para postular a revogação da liminar, com base em informações e documentos que foram juntados à petição, incluídas cópias das publicações do edital efetuadas, que Peroba dizia inexistirem. Após esgotar a sua pauta de audiências, o juiz Magno Alves de Assunção recebeu em seu Gabinete a advogada da Chapa Prudente de Moraes e a da ABI, que já tinham ajuizado petições visando à revogação da liminar. Do próprio punho, o juiz Magno Alves de Assunção emitiu então minucioso despacho que pôs por terra a tentativa de cancelamento da Assembléia:

“Anotese o cartório na D.R.A. e onde mais couber a integração na lide dos terceiros interessados (fls. 59/61).

Considerando-se as razões expostas nos arrazoados trazidos pelos terceiros interessados e pelo sujeito passivo, esclarecendo que a Assembléia-Geral realizada visava adequar o Estatuto da associação requerida aos termos do novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, assembléia esta de 6 de janeiro de 2002;

Considerando-se que, de acordo

Ludmila Fróes Tenenblat
Luila de Paula e Lima
Luiz Carlos de Oliveira
Luiz Carlos de Souza
Luiz Cunha Pimentel
Luiz Edmundo Continentino Porto
Luiz Felipe da Silva Barbosa
Luiz Guilherme de O. Pinto
Luiz Mario Gazzaneo
Luiz Roberto Ribeiro Porto
Luiz Sérgio Coutinho de Azevedo
Luiza Helena Sampaio Mariani
Lygia Maria Color Jobim

M

Manoel Donário de Melo
Manoel Epelbaum
Manoel Laurindo Filho
Manoel Lopes Diniz
Manoel Roberto Félix
Marcelo José de Mesquita

Marcelo Lopes Monteiro
Marceu José Costa Vieira
Márcia Beatriz Linz Izidora
Márcia da Silva Guimarães
Marcio Bueno Ferreira
Marco Antonio Pires da Silva
Marco Antonio Pereira de Andrade
Marcos Alexandre de Souza Aranha
Mello Mattos de Castro
Marcos Alexandre de Souza Gomes
Marcos Tristão Chargel
Marcus Antonio Mendes de Miranda
Marcus de Barros Pinto
Maria Amélia de Lima Mello
Maria Cecília Barata Costa
Maria Cecília Ribas Carneiro
Maria Clara Capiberibe Azêdo
Maria Cristina O. da Costa
Maria Cristina Santiago
Maria do Céu Simões da Silveira
Maria do Perpétuo Socorro Vitareli

Maria do Socorro Trindade
Maria Ignez Duque Estrada Bastos
Maria Nilza Pereira da Silva
Portocarrero
Marília Viana Ferreira
Mário Augusto Jakobskind
Mário da Cunha
Mário da Silveira
Mário de Souza Lima
Marion C. Monteiro
Marlene Custodio
Martha Arruda
Martha Valéria Imenes
Maurício Cardoso Ribeiro
Maurilio Candido Ferreira
Miguel Antônio Gomes Meichard
Milton Corrêa Sales
Milton Temer
Moacyr Andrade
Moacyr Bahia de Macedo
Moacyr Werneck de Castro

Moisés Celeman
Murilo Gondim

N

Nacif Elias Hidd Sobrinho
Nelson Ferreira Cassus
Nelson Pereira da Silva
Nelson Rodrigues Filho
Neuza Citriniti Fraga
Ney Francisco Costa
Nilo Marques Braga
Nilson Damasceno
Nilton Lopes
Nivea de Bulhões Marcial

O

Odair Mesquita Quintela
Odete Vieira
Orpheu dos Santos Sales
Oscar Maurício de Lima Azêdo
Oséas Martinho de Carvalho

com os documentos juntados aos autos por todos os sujeitos da relação jurídica de direito processual, está demonstrada a regularidade dos editais publicados;

Considerando-se que na inicial não consta pedido de anulação das assembleias, atas e/ou estatuto;

Considerando-se que realmente estabelece o art. 2.031 do Código Civil atual expressamente que: "As associações, sociedades e fundações, constituídas na forma das leis anteriores, terão o prazo de um ano para se adaptarem às disposições deste Código, a partir de sua vigência, igual prazo é concedido aos empresários"; e,

Considerando-se que a assembleia realizada em 06/janeiro/2003 coincidiu com o final do prazo determinado pelo novo Código Civil, estão demonstrados e presentes as razões e fundamentos a justificar a decisão de fls. 56/56v quanto à liminar concedida. Assim, revogo a liminar concedida às fls. 56/56v, prosseguindo-se o efeito, deferido o prazo para a apresentação de contestação. Intimem-se todos. Cumpra-se. Rio, 29/04/2004, às 16:40. (a) Magno Alves de Assunção, Juiz de Direito."

De volta à ABI, agora com o texto da nova decisão do juiz Magno Alves de Assunção, os representantes da Chapa Prudente de Moraes verificaram que no fundo as outras duas chapas estavam associadas na mesma jogada antidemocrática: por decisão de seu membro de mais alta hierarquia presente, o 1º Vice-presidente Henrique Miranda, a diretoria recusou fornecer o livro de presença das assembleias e abrir o Auditório

Diretoria e membros dos Conselhos eleitos para o triênio 2004-2007

PRESIDENTE • Maurício Azêdo

VICE-PRESIDENTE • Milton Temer

DIRETOR FINANCEIRO • Aristélio Andrade

DIRETOR ADMINISTRATIVO • Fichel Davit Chargel

DIRETOR SOCIAL • Domingos Meirelles

DIRETOR DE CULTURA E LAZER • João Máximo

DIRETORA DE JORNALISMO • Joseti Marques

CONSELHO CONSULTIVO

Chico Caruso
Ferreira Gullar
José Aparecido de Oliveira
Miro Teixeira
Teixeira Heizer
Ziraldo
Zuenir Ventura

CONSELHO FISCAL

Adriano Barbosa
Altenir dos Santos Rodrigues
Aziz Ahmed
Jesus Antunes
Luiz Carlos de Oliveira
Romildo Guerrante
Zilda Ferreira

CONSELHO DELIBERATIVO

EFETIVOS

Antonieta Vieira dos Santos
Artur da Távola
Cid Benjamin
Flávio Tavares
Fritz Utzeri
Héris Arnt
Irene Cristina Gurgel do Amaral
Ivan Cavalcanti Proença
José Gomes Talarico
José Rezende
Marceu Vieira
Paulo Jerônimo
Roberto M. Moura
Sérgio Cabral
Teresinha Santos

SUPLENTES

Adalberto Diniz
Aluísio Maranhão
Ancelmo Góis
André Louzeiro
Jesus Chediak
José Louzeiro
Lílian Nabuco
Luarlindo Ernesto
Marcos de Castro
Marcus Barros Pinto
Mário Augusto Jakobskind
Marlene Custódio
Maurílio Ferreira
Silvestre Gorgulho
Yaci Nunes

Oscar Guanabario, afinal franqueado pela imagem de respeito que membros da Chapa Prudente de Moraes construíram ao longo do tempo junto ao corpo de funcionários da ABI — um deles, lúcido e sereno,

abriu o Auditório e a Assembleia se instalou.

Os inimigos do voto não relaxaram nem descansaram. Entre as 9 da noite do dia 29 e 10 da manhã do dia 30, como já relatado, monta-

ram e desencadearam a manobra de adiamento da eleição, para a qual, porém, não conseguiram a adesão que talvez lhes garantisse êxito: a do Presidente Fernando Segismundo. (M.A.)

Osmar Amicucci Gallo
Oswaldo Peres Maneschy

P

Paulo Adolfo Aizen
Paulo César de Farias
Paulo Francisco Magalhães
Paulo Jeronimo de Souza
Paulo René Damin

R

Rafael Corrêa Ribeiro Marques
Randolfo Silva de Souza
Raul Silvestre Ribeiro da Silva
Reinaldo Bastos Santos
Renato Alves
Renato de Jesus O. Barabi
Renato Kloss
Roberta Campos Babo Fernandes
Roberto Gouthier dos Santos
Robson Waldhelm
Rogério Fabiano da Rocha

Rogério Imbuzeiro Barroso
Rogério Lessa Benermand
Romildo de Castro Guerrante
Rosa Cass
Rosane Maria de Souza Silva
Rubem Mauro Machado
Ruth Pereira Lima

S

Salete Solange Lisboa
Samuel Gandelman
Samuel T. da Silva
Sandra Martins da Silva
Sebastião Martins
Sérgio Cabral
Severino Mendes da Rocha
Silvio Martins Paixão
Solange Albernaz de Melo
Sonia Beatriz de Barros
Sônia Maria de Araújo Meinberg
Sonia Maria Ferreira
Sonia Maria Nascimento de Araújo Gomes

Sonia Regina Fassini
Sylvio Messias
Sylvio Pélico Leitão Filho

T

Tadeu de Aguiar
Tamar de Castro Oliveira
Tania Dias Coelho
Tânia Maria de Oliveira
Tatiana Magalhães Noronha
Terezinha Fátima dos Santos
Thales Bento
Tobias Pinheiro
Toni Marins (Antonio Martins Lopes Filho)
Trinitário Albacete de Souza

U

Ulisses Cláudio Lonzetti

V

Vera Helena Csenyi

Verônica dos Santos Coutinho
Vicencia Pinto Heluey
Vitor Mário Iório

W

Walda de Menezes Bustamante
Waldir Muniz
Wilson Ferreira de Souza
Wilson Nunes de Carvalho
Wilson Rocha Meirelles

Y

Yacy Nunes Suarez
Yolanda Stein

Z

Zair Augusto Cansado
Zilda Cosme Ferreira
Zilmar Borges Basilio
Ziraldo Alves Pinto

Histórias que o tempo

JOÃO MÁXIMO

Das muitas emoções vividas durante as 10 horas em que transcorreram as eleições de 30 de abril, uma é para se guardar no coração. Ao menos, no coração do autor destas linhas. Por seu caráter inesperado, estranho, meio mágico, desses que um intransigente materialista não ousa explicar. Aconteceu quando, já no fim da tarde, eu e Maurício Azêdo, por coincidência próximos um do outro, fomos saudar Milton Salles, que viera votar em nós. Emoção não de um momento, mas de uma vida profissional inteira.

Antes de prosseguir, peço desculpas a quem me lê para narrar o episódio na primeira pessoa, praga que parece ter-se apoderado de alguns dos mais talentosos cronistas de nossa grande imprensa, cada qual mais preocupado que o outro em fa-

zer de suas crônicas esboços autobiográficos. O *eu*, no caso, creio que procede, por mais pessoais que sejam estas linhas. O fato de reencontrar Milton Salles, após 41 anos sem nos vermos, somado ao detalhe de se dar a alguns passos de Maurício Azêdo, penso que o justifica.

Era eu, em 1963, um jovem, inexperiente e inseguro redator esportivo. Trabalhava de 9 ao meio-dia, redigindo programas informativos da emissora Continental, “a casa do esporte às suas ordens”, e de 9 da noite até o começo da madrugada, na editoria de esportes da *Tribuna da Imprensa*, onde começara um ano e seis meses antes. A insegurança devia-se à existência, naquela época, de duas escolas, ou dois estilos, ou duas maneiras de se pensar o texto esportivo. Uma, inspirada na linguagem radiofônica, ágil, extravagante, por vezes acrobática, enxertada de sinônimos os mais curiosos (bola era “balão de couro”, jogo era “pré-

lio”, dirigente era “prócer”, goleiro era “arqueiro”, time era “eleven”, grupo era “plantel”, gol era “tento”, Vasco era “o clube da colina” e o último minuto de jogo era “a última volta do ponteiro”). A outra escola, moderna, pregando que as matérias de esporte deviam ter a mesma concisão, a mesma objetividade, o mesmo equilíbrio dos textos das demais editorias, começando por chamar as coisas exatamente pelo nome que tinham. Isto é, bola de bola mesmo, e não de caroço, redonda, pelota, esfera ou, em hipótese alguma, de balão de couro. Em resumo, uma linha recomendava que copiássemos o rádio, e a outra, que seguissemos os modernos manuais de redação já em vigor. O da *Tribuna*, pelo que se dizia, elaborado pelo próprio dono do jornal, Carlos Lacerda, àquela altura já governador da Guanabara.

Daí a minha insegurança. Com quem estava a razão? Com os redatores das demais editorias (Luiz

Garcia, Zuenir Ventura, Luiz Lobo, José Itamar de Freitas, Sérgio Noronha, que chamavam bola de bola), ou com o nosso time (o querido Nilton Ribeiro à frente, não por acaso dividindo-se entre os cargos de editor de esporte do jornal e comentarista de futebol da Mayrink Veiga)? Talvez houvesse mais desconforto que insegurança, pois me sentia meio traidor do Nilton e meio do contra na rádio. Motivo: concordava com a turma que se opunha à linguagem radiofônica. Bola, para mim, seria sempre bola.

Eram tempos difíceis. Meus dois salários eram modestos, mal davam, como se dizia, para a conta do chá. Havia na Continental um redator que sabia de minha situação, da grana curta e da insegurança, ou melhor, do desconforto. Um jovem de simpatia contagiante, fala mansa, elegância de gestos e uma sensibilidade de fazer a gente gostar dele já no primeiro aperto de mão. Traba-

não apaga

Foto Amicucci Gallo



Milton Salles com João Máximo (no alto) e com Maurício Azêdo

lhava também no *Jornal dos Sports*, pois naqueles tempos as rádios e os jornais não exigiam exclusividade (até porque não pagavam por ela). Pois foi esse redator que um dia me chamou a um canto:

— Mário Filho acaba de contratar um jornalista para modernizar o *Jornal dos Sports*. O cara sabe tudo de tudo. Tem excelente texto e, ao mesmo tempo, é exigentíssimo com o texto dos outros. Pedi-me para levar-lher um redator jovem, ainda sem vícios, para renovar a equipe de lá. Você topa?

É claro que topei. Pelo dinheiro e pela oportunidade. No dia seguinte, entrava no prédio cor-de-rosa da Tenente Possolo levando, desta vez, mais insegurança que desconforto. O redator da Continental me apresentou ao jornalista contratado por Mário Filho. Em seguida, deram-me uma matéria para reescrever. Lembro-me bem, era sobre o treino do América. Coisa muito simples, rotineira, de uma lauda e meia. Hesitante, sentei-me diante de imensa Remington aparafusada no tampo de aço da mesa e fiz o que pude. Entreguei o texto pronto ao redator da Continental, que o passou às mãos

do jornalista contratado por Mário Filho, o tal exigentíssimo com o texto dos outros. Seguiram-se cinco longos minutos, que vivi com as mãos frias, as pernas trêmulas, morto de medo, pois precisava tanto do emprego quanto de um “sim” que me afugentasse a insegurança. O jornalista contratado por Mário Filho virou-se, sério, para o redator da Continental e disse:

— Está bem, manda o moço se sentar ali e começar a trabalhar.

Estava empregado. Das 4 da tarde até a hora de ir para a *Tribuna*. O mais importante, porém, é que aqueles cinco minutos mudaram minha vida. Principalmente porque deram-me confiança e coragem para, dois meses depois, aceitar convite para ser redator de esporte do *Jornal do Brasil*. Não que eu passasse a me achar grande coisa, mas se aquele jornalista exigentíssimo com o texto dos outros me aprovava, por que não o *JB*?

Quarenta e um ano depois, o reencontro: o jornalista que modernizou o *Jornal dos Sports*, e me fez tremer quando lia a materinha sobre o América, chamava-se Maurício Azêdo. E o redator que me levou a ele, Milton Salles.

Uma democrática “patota”



Parte da “patota”: (a partir da esquerda) Gallo, João Máximo, Irene Cristina, Aristélio, Davit, Araquém, Maurílio, Joseti, Temer e Vitor Iorio

MILTON TEMER

Fechei meu artigo no jornal de campanha da Chapa Prudente de Moraes, neto com uma constatação. Era a conseqüência natural do que havia vivido ao longo do processo de composição do nosso grupo, e de preparação do programa para a ABI. Mais do que uma missão honrosa, o que viria pela frente seria certamente uma missão prazerosa.

Pois é. A cada dia passado, da vitória confirmada na dura disputa, a sensação se reitera de forma cada vez mais acentuada. Porque, para quem tem experiência de vida política — e a formação de uma diretoria afinada é um exercício permanente de política —, é conhecido o cenário de dificuldades até se alcançar acordo sobre uma equipe homogênea. E não obrigatoriamente por razões mesquinhas. Razões mais nobres podem ser também obstáculos. Aquelas, por exemplo, ditadas

pela distinção nos sentimentos individuais de missão a cumprir. Mas, no nosso caso, não houve ruído. E é fácil explicar por quê.

Dois times se juntaram para formar uma “patota” que, para mim, justificaria a fundação de um clube Prudente de Moraes, neto caso não vencêssemos a eleição. E eu reitero o termo “patota” porque era isso que incomodava nossos adversários. Com toda a razão, aliás, pois não conseguiam conduzir as composições pelas mesmas motivações que as nossas.

Dois times separados no tempo. Um deles, com décadas de convivência. Convivência, aliás, não marcada por concordâncias políticas permanentes. Mas mantida, sem dúvida, nas manifestações constantes de solidariedade, em tempos nem sempre fáceis. Azêdo, Fichel Davit, Domingos Meirelles são os exemplos mais expressivos. A eles se somam três outros, muito importantes, desse passado recuperado — Aristélio

Andrade, Aziz Ahmed e Alberto Ahmed.

Com Aristélio e Aziz, fui moleque de rua em Vila Isabel. Das “peladas”, não raro, com bola de meia, na Rocha Frago, na Souza Franco, na Torres Homem ou na “barreira” da Gama Lobo. Somos cúmplices de infância. Perto da gente, seguindo os passos e querendo entrar na turma, alguns anos mais novo, vinha o Beto. Agora, eu e Aristélio o reencontramos, presidente do jornal *O Povo*. Apostou concretamente na nossa chapa desde o primeiro momento, quando as perspectivas pareciam ainda bastante temerosas, diante do peso dos adversários que controlavam a máquina administrativa de nossa entidade.

Azêdo, Domingos, Fichel e Caó foram encontros posteriores. No pós-64, entre redação e Partidão. Foi com eles que, no início dos anos 70, discutimos pela primeira vez a necessidade de atentar para a participação na ABI, em razão da absoluta restrição

política imposta à vida sindical. Ali começava a história de hoje.

Paralelamente a esses, outro grupo da mais alta qualidade se aglutinava à aventura atual. Era o da convivência mais recente, mas nem por isso menos calorosa desde os primeiros movimentos de articulação. O lírico João Máximo, o vibrante Vitor Iorio, a aplicada Joseti Marques, o generoso José Rezende, a combativa Irene Cristina, o inspirado Jorge Roberto, a organizada Gloria Alvarez, o poeta de briga Lênin. Enfim, todos esses e mais os de participação eventual, mas não menos eficaz.

E que convivência foi essa que se estabeleceu ao longo de uma campanha quase brancaleônica? Eu a definiria como sempre divertida. De reuniões objetivas, solidárias, com imenso senso de abertura, buscando as soluções mais apropriadas para cada cargo, nem tanto pela vontade do indicado, mas pela definição que o grupo em conjunto dele fazia. Convivência sempre divertida, que sempre terminava na “pizza portuguesa sem lingüiça” — pois a jovem velha guarda não está aí para facilitar com colesterol —, rodeada de piadas e histórias pitorescas de redação.

Não vou contar todas. Mas uma em especial me ficou gravada. Foi do Davit, lembrando aquele tremendo jornalista, cheio de idéias e com imensa capacidade de liderança e criação, mas sem muito talento para o texto.

Num determinado dia, ele reserva um espaço na página nobre da política, e tranca-se no gabinete. Horas depois, sai com a solução salvadora: “coloca um calhau”. Não havia conseguido produzir nada, e se retirava para o merecido repouso, antes de retornar às características profissionais de sempre.

Os colegas ficaram curiosos. Que tema era esse que não resultava em texto para edição? E adentraram o gabinete, na busca do rascunho. Era tempo de máquina de escrever, e, nada havendo sobre a mesa, foram à cesta de papéis.

Havia três folhas, certamente amassadas com raiva.

Na primeira, lia-se “Consta-nos”, e mais nada.

Na segunda, “Nos consta”. E, branco.

Na última, o que parecia enfim a largada: “Nos consta-nos”.

O “criador” nunca mais tentou redigir.

O repórter Larry Rohter fez bom jornalismo?

O *Jornal da ABI* quer saber o que a comunidade jornalística do Brasil achou da rumorosa matéria do correspondente do *The New York Times*.
Veja um resumo do caso e como expressar a sua opinião.

MAURÍCIO AZÊDO

Partindo de uma premissa falsa, incluída no título da matéria e vagamente referida no 14º parágrafo de seu texto — a de que haveria uma “preocupação nacional” com o suposto “hábito de bebericar” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva —, o jornalista norte-americano Larry Rohter publicou no *The New York Times* uma reportagem que se transformou entre nós no principal tema relacionado com a mídia no mês de maio, gerou uma resposta violenta do Governo do Brasil e pôs em xeque a credibilidade do jornal, considerado, ao lado do *Le Monde*, de Paris, um dos mais respeitáveis do mundo inteiro.

Na ausência do Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, membro de renomado escritório de advocacia criminal de São Paulo, do qual se afastou para assumir encargos de Governo, e jurista de antigo e coerente desempenho democrático, o Governo respondeu ao texto do Rohter de forma que pareceu truculenta a destacados setores da sociedade civil. Por ordem direta do Presidente Lula, justamente indignado com o desprimor com que foi tratado, decidiu o Governo cassar o visto de permanência de Rohter, o qual teria oito dias, após ser notificado, para deixar o País, onde vive há 23 anos, se casou com uma brasileira e tem filhos brasileiros. Tão agredido se sentiu o Presidente, que recusou a mediação de uma comissão de alto nível constituída por senadores, os quais, em audiência no Palácio do Planalto, não conseguiram demovê-lo da decisão de expulsar o jornalista.

Desde o primeiro momento, a reportagem de Rohter suscitou uma onda de manifestações de solidariedade ao Presidente, porquanto o texto — que o *Jornal da ABI* reproduz, por se tratar de peça muito falada e pouco conhecida — é recheado de observações e referências que, ainda que não desejado pelo autor, procuram achincalhar o Presidente, denegri-lo, fazendo-lhe imputações desrespeitosas do ponto de vista pessoal e familiar, como na alusão “a seus flertes com atrizes em eventos públicos”.

Tal solidariedade não impediu, porém, que nos setores políticos, nos meios de comunicação e na sociedade civil surgissem com o mesmo ímpeto manifestações de condenação à resposta cogitada pelo Governo, interpretada como uma agressão à liberdade de imprensa e uma violência não admitida no Estado de Direito Democrático instituído pela Constituição de 5 de outubro de 1988. Entre as instituições que assim se expressaram figurou a ABI, através de nota aprovada por unanimidade pelo seu Conselho Deliberativo no dia em que deu posse administrativa à Diretoria eleita no pleito de 30 de abril. Num texto objetivo, de apenas oito linhas, a ABI censurou a imposição da punição sem concessão do direito de defesa assegurado pela Constituição e pediu a revogação da medida.

Detonado na segunda-feira imediata à publicação, dia 10 de maio, e encerrado dias depois, na mesma semana, com o retorno ao Brasil do Ministro Márcio Thomaz Bastos e a negociação de um pedido de revisão da decisão de expulsão formulado pelos advogados de Rohter, o caso ensejou um pronunciamento afirmativo do Poder Judiciário de exaltação da liberdade de imprensa, com a inevitável invocação do apóstolo das liberdades civis no Brasil (Rui Barbosa) e de sua definição lapidar sobre a missão da imprensa: “A imprensa é a vista da nação”, disse ele.

Em despacho a habeas-corpus ajuizado pelo Senador Sérgio Cabral Filho (PMDB-RJ) no Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Francisco Peçanha Martins concedeu salvo-conduto ao jornalista, para protegê-lo do risco de expulsão do País antes do julgamento final do *habeas-corpus*, e deu 10 dias de prazo para que o Ministro interino da Justiça, responsável pelo ato expulsório, na ausência de Thomaz Bastos, prestasse informações ao STJ.

Além de citar Rui e reproduzir sua clássica definição da imprensa, Peçanha Martins fez incisiva defesa da liberdade de imprensa, salientando a dimensão que lhe dá o artigo 220 da Constituição, segundo o qual “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”.



Larry Rohter, o correspondente do *The New York Times*, que fez a reportagem polêmica

A superação da crise não esgotou a discussão sobre aspectos da reportagem de Rohter que devem ser objeto de análise da comunidade jornalística do Brasil, como propõe o *Jornal da ABI* nesta edição. Queremos saber como os leitores, jornalistas e não-jornalistas, analisaram o trabalho de Rohter e o que têm a dizer sobre os seguintes pontos:

- *A técnica* – Larry Rohter foi feliz no recolhimento de informações e montagem do texto ou pecou no levantamento de dados e na estruturação das informações como material de leitura? Que deficiências ou virtudes a reportagem apresenta?

- *A ética* – Nas referências ao Presidente e nos episódios a que o vincula, como o alegado flerte com atrizes, a reportagem observou os limites de respeito ao retratado e, considerando-se o cargo ocupado pelo Presidente, cumpriu o dever de elegância com que este deveria ser tratado?

- *A oportunidade* – Considerando-se que é falsa a premissa-base da reportagem, pois a preocupação nacional é o novo valor do salário mínimo, e não se o Presidente bebe ou não bebe, se fica sóbrio ou se passa da conta, qual a motivação real de Rohter e do *Times* para a publicação, agora, de uma matéria que, objetivamente, desejado ou não, busca reduzir a dignidade do Presidente da República do Brasil?

Os leitores do *Jornal da ABI* poderão manifestar-se sobre cada um desses pontos em cinco linhas de 72 toques, pois acima desse limite haverá dificuldades de tabulação e apresentação do resultado dessa pesquisa na nossa próxima edição.

As manifestações dos leitores serão recebidas até 20 de junho corrente e poderão ser encaminhadas à ABI por meio eletrônico ou via postal:

- por e-mail: abi@abi.org.br
- pelo correio: *Jornal da ABI*, “O Caso Larry Rohter”, Rua Araújo Porto Alegre, 71, Centro, Cep 20030-010, Rio de Janeiro, RJ.

A reportagem maldita, para sua análise

É este o texto da reportagem de Larry Rohter no New York Times, segundo a tradução publicada pela Folha de S. Paulo em sua edição de 9 de maio passado, página 9, sob o título “Hábito de bebericar do presidente vira preocupação nacional”. Graças à internet e à diferença de fuso horário, a Folha conseguiu divulgar a reportagem no mesmo dia em que ela foi publicada nos Estados Unidos.

The New York Times

Luiz Inácio Lula da Silva nunca escondeu seu apreço por um copo de cerveja, uma dose de uísque ou, melhor, um trago de cachaça, a potente aguardente do Brasil. Mas alguns de seus conterrâneos começaram a se perguntar se a predileção do presidente por bebidas fortes está afetando sua atuação no governo.

Nos últimos meses, o governo de esquerda de Lula tem sido atacado por uma crise atrás da outra, variando de um escândalo de corrupção ao fracasso de programas sociais cruciais. O presidente tem se mantido distante das atenções e deixado seus assessores fazerem grande parte do trabalho pesado. Isto tem provocado especulação de que seu aparente não envolvimento e passividade poderiam estar de alguma forma ligados ao seu apreço pelo álcool. Mas aqueles que o apóiam negam os relatos de consumo excessivo de bebida.

Apesar de líderes políticos e jornalistas estarem cada vez mais falando entre eles sobre o consumo de álcool de Lula, poucos estão dispostos a expressar seus receios publicamente. Uma exceção é Leonel Brizola, o líder do Partido Democrático Trabalhista de esquerda, que foi companheiro de chapa de Lula na eleição de 1998, mas que agora teme que o presidente esteja “destruindo os neurônios em seu cérebro”.

“Quando eu fui candidato a vice do Lula, ele bebia muito”, disse Brizola, atualmente um crítico do governo, em um recente discurso. “Eu o alertava de que a bebida destilada é perigosa. Ele não me ouviu e, segundo dizem, continua bebendo.”

Durante uma entrevista no Rio de Janeiro, em meados de abril, Brizola elaborou sobre as preocupações que expressou para Lula, mas que foi ignorado. “Eu lhe disse: ‘Lula, eu sou seu amigo e camarada, e você precisa pegar essa coisa e controlá-la’”, ele se recordou.

“Não, não tem perigo, está sob controle”, lembrou Brizola, imitando a voz do presidente, deste ter respondido. “Ele resistiu, e continua resistindo”, continuou Brizola. “Mas ele tinha um problema. Se eu bebesse como ele, eu estaria frito.”

Os porta-vozes de Lula se recusaram a discutir o hábito de beber do presidente, dizendo que não dariam uma resposta formal a acusações infundadas. Em uma breve mensagem por e-mail respondendo ao pedido de comentário, eles consideraram a especulação de que ele bebe em excesso como “uma mistura de preconceito, desinformação e má fé”.

Lula, um ex-metalúrgico de 58 anos, provou ser um homem de apetites e impulsos fortes, o que contribuiu para seu apelo popular. Com uma mistura de simpatia e divertimento, os brasileiros assistiram seus esforços para não fumar em público, seus flertes em eventos públicos com belas atrizes e sua contínua batalha para controlar o peso, que disparou logo após ter assumido o governo em janeiro de 2003.

Além de Brizola, os líderes políticos e a mídia parecem preferir lidar com o assunto de forma indireta. Sempre que possível, a imprensa brasileira publica fotos do presidente com olhos turvos e rosto corado, e constantemente faz referências tanto aos churrascos de fim de semana na residência presidencial, nos quais a bebida corre solta, e aos eventos de Estado nos quais Lula nunca é visto sem uma bebida na mão.

“Dou um conselho para Lula”, escreveu o provocador colunista Diogo Mainardi em uma edição de março da “Veja”, a principal revista de notícias do país, desafiando uma lista de artigos contendo tais referências. “Pare de beber de público”, ele aconselhou, acrescentando que o presidente se tornou o “maior garoto-propaganda da indústria do álcool” com seu consumo explícito.

Uma semana depois, a mesma revista publicou uma carta de um leitor preocupado com o “alcoholismo de Lula” e seus efeitos sobre a capacidade de governar do presidente. Apesar de alguns sites se queixarem há meses de “nosso presidente alcoólatra”, foi a primeira vez que imprensa nacional principal se referiu a Lula desta forma.

Historicamente, os brasileiros têm motivo para preocupação diante de qualquer sinal de hábito de consumo excessivo de bebida por parte de seus presidentes. Jânio Quadros, eleito em 1960, era um notório consumidor de bebidas que disse certa vez: “Bebo porque é líquido”. Sua renúncia inesperada, após menos de um ano no governo, durante o que dizem ter sido uma maratona de bebedeira, iniciou um período de instabilidade política que levou a um golpe em 1964 e 20 anos de dura ditadura militar.

Se Lula tem realmente ou não um problema com bebidas, a questão penetrou na consciência popular e se tornou motivo de piada.

Quando o governo gastou US\$ 56 milhões no início do ano para comprar um novo avião presidencial, por exemplo, o colunista Cláudio Humberto patrocinou um concurso para dar um nome ao avião. Um dos vencedores, lembrando que o avião do presidente americano se chama Força Aérea Um, sugeriu que o avião de Lula deveria ser designado “Pirassununga 51”, o nome da marca mais popular de cachaça. Outra sugestão foi “Movido a Álcool”, uma brincadeira com o plano do governo para encorajar o uso de etanol como combustível para carros.

A especulação sobre os hábitos de beber do presidente foi alimentada por várias gafes que ele tem cometido em público. Como candidato, ele ofendeu os moradores de uma cidade considerada paraíso dos gays ao chamá-la de “um pólo exportador de ‘veados’”, e como presidente, seus deslizes em público continuaram e se tornaram parte do folclore político brasileiro.

Em uma cerimônia realizada aqui em fevereiro para anunciar um grande novo investimento, por exemplo, Lula se referiu duas vezes ao presidente da General Motors, Richard Wagoner, como presidente da Mercedes-Benz. Em outubro, em um dia em homenagem aos idosos do país, Lula disse para eles: “Quando se aposentarem, por favor, não fiquem em casa atrapalhando a família. Tem que procurar alguma coisa para fazer”.

No exterior, Lula também cometeu seus tropeços. Em uma visita ao Oriente Médio no ano passado, ele imitou o sotaque árabe falando português, com os erros de pronúncia e tudo, e em Windhoek, Namíbia, disse que a cidade parecia ser tão limpa que “nem parecia a África”.

Os assessores e simpatizantes de Lula respondem que tais deslizes são apenas ocasionais, que são esperados de um homem que gosta de falar de improviso e que não têm nada a ver com seu consumo de álcool que, a propósito, descreveram como sendo moderado. Eles dizem que ele está sendo comparado ao padrão diferente – e injusto – de seus antecessores, porque ele é o primeiro presidente do Brasil vindo da classe trabalhadora e que cursou apenas até a sexta série. “Qualquer um que já tenha estado em recepções formais ou informais em Brasília testemunhou presidentes bebericando uma dose de uísque”, escreveu recentemente o colunista Ali Kamel no jornal “O Globo”, do Rio de Janeiro. “Mas sobre o fato nada se leu a respeito dos outros presidentes, somente de Lula. Isso cheira a preconceito.” Lula nasceu em uma família pobre em um dos Estados mais pobres do país, e passou anos liderando sindicatos trabalhistas, um ambiente famoso por alto consumo de bebida. A imprensa brasileira já descreveu repetidas vezes o pai do presidente, Aristides, a quem ele mal conheceu e que morreu em 1978, como sendo um alcoólatra que abusava de seus filhos.

São inúmeras as histórias de episódios de bebedeira envolvendo Lula. Após uma noite na cidade, quando foi membro do Congresso no final dos anos 80, Lula desceu do elevador no andar errado do prédio onde morava na época e tentou arrombar a porta de um apartamento que achou que era o seu, segundo políticos e jornalistas daqui, incluindo alguns que são ex-moradores do prédio.

“Sob Lula, a caipirinha virou bebida nacional por decreto presidencial”, disse no mês passado o jornal “Folha de S. Paulo”, em um artigo sobre a ligação de Lula com o álcool e se referindo ao coquetel feito com aguardente.

No meio do caminho havia a Constituição

RUI PIZARRO

A intenção do governo de cassar o visto de permanência temporário do jornalista norte-americano Larry Rohter encontrou, na figura e nos atos do ministro Francisco Peçanha Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), um forte obstáculo. Sua decisão de conceder salvo-conduto ao correspondente do jornal *The New York Times* para permanecer no país enquanto fosse julgado o mérito do pedido de *habeas corpus* apresentado em seu favor, praticamente criou as condições e o tempo necessário para que uma solução surgisse em prol de um desfecho menos traumático para o episódio, o que acabou ocorrendo.

“No Estado Democrático de Direito não se pode submeter a liberdade às razões de conveniência ou oportunidade da Administração. E, aos estrangeiros, como aos brasileiros, a Constituição assegura direitos e garantias fundamentais, dentre elas avultando a liberdade de expressão.” Este foi um dos principais e decisivos argumentos apresentados pelo ministro em defesa do jornalista. Larry Rohter teve seu visto de permanência no Brasil cancelado pelo governo por ter escrito uma reportagem, publicada na

Site STJ



Ministro Francisco Peçanha: a liberdade não pode se submeter a razões de conveniência

edição de 9 de maio do *NYT*, afirmando que o presidente Lula se excedia no consumo de bebidas alcoólicas, o que estaria deixando a nação apreensiva. Com a retratação apresentada por Rohter, o Ministério da Justiça acabou recuando na decisão de cassar o visto.

Mas ainda que insistisse na punição, o governo não poderia aplicá-la, segundo o entendimento do ministro Peçanha Martins, relator do caso no STJ. Confor-

me assinalou na decisão publicada no dia 13 de maio, “o ato de concessão ou revogação de visto de permanência no País, de estrangeiros, em tese, está subordinado aos interesses nacionais” que a matéria, em sua avaliação, não teria colocado em risco. O magistrado questionava, ainda, se o visto, uma vez concedido, poderia ser revogado pelo fato “de o estrangeiro ter exercido um direito assegurado pela Constituição, qual seja o de externar a sua opinião, no exercício de atividade jornalística”.

Em sua argumentação, o ministro de 65 anos, natural de Salvador e bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), destacou, ainda, a imprensa como um dos pilares fundamentais da democracia e, novamente, citou o texto constitucional, lembrando os termos precisos do art. 5º, inciso IX, segundo os quais “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

Citando Rui Barbosa, o ministro do STJ acrescentou que “a imprensa é a vista da Nação e o jornalista, as mais das vezes, é isto: um refletor da luz que vem do público, dos sentimentos populares do meio que o cerca”. Ao fundamentar a concessão do salvo-conduto, Peçanha

Martins, também ex-dirigente da União dos Estudantes da Bahia (UEB), na década de 1960, observou que “o Brasil é um Estado Democrático de Direito e o (atual) Presidente da República contribuiu com intensa participação política para a instauração da democracia plena no País e se conduz com honra e dignidade”.

Um dos aspectos mais importantes da decisão de conceder o salvo-conduto a Rohter foi o fato de o ministro não ter entrado sequer no mérito do cancelamento do visto pelo Ministério da Justiça, anunciado no dia 11 de maio. Peçanha Martins, que também tem o Curso de Mestrado em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da UFBA, considerou que o ato administrativo oficial de cancelamento do visto não constava dos autos, mas somente algumas alegações e recortes de jornais.

E como a Constituição Federal é soberana, foi na Carta Magna que Francisco Peçanha Martins se baseou, igualmente, para extrair outro argumento solidificador da sua histórica decisão: “Dúvidas não pode haver quanto ao direito de livre manifestação do pensamento (inciso IV) e da liberdade de expressão da atividade de comunicação, independentemente de censura ou licença (inciso IX)”.

Leia a íntegra da decisão de concessão de salvo-conduto a Larry Rohter

“Trata-se de “habeas corpus” requerido pelo Senador Sérgio Cabral em favor de William Larry Rohter Júnior, contra ato do Ministro interino da Justiça que cancelou o visto do paciente, repórter do jornal “The New York Times”, por haver publicado matéria jornalística noticiando que o Presidente da República faria uso de bebida alcoólica.

Reproduzo o texto da nota do Ministro publicada pelo jornal “O Globo” de hoje, dia 12.5.2004, transcrita às fls. 3 dos autos.

“Em face da reportagem leviana, mentirosa e ofensiva à honra do presidente da República Federativa do Brasil, com grave prejuízo à imagem do país no exterior, publicada na edição de 9 de maio passado do jornal “The New York Times”, o Ministério da Justiça considera, nos termos do artigo 26 da Lei 6815, inconveniente a presença em território nacional do autor do referido texto. Nessas condições, determinou o cancelamento do visto temporário do senhor William Larry Rohter Júnior”.

Funda-se o Requete no art. 5º, incisos IV, IX e LII, da Constituição, pedindo seja concedida ordem liminar de “habeas corpus”, para suspender “os efeitos do ato violador da liberdade de locomoção no Brasil, a fim de fazer cessar o constrangimento ilegal praticado pela autoridade coatora”, requerendo a final a concessão da ordem em definitivo após o trâmite legal.

É o relatório.

DECIDO

O Brasil é um Estado Democrático de Direito e o Presidente da República contribuiu com intensa participação política para a instauração da democracia plena no País e se conduz com honra e dignidade.

A imprensa é um dos pilares fundamentais da democracia e “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”, nos precisos termos do art. 5º, inciso IX, da Constituição.

“A imprensa”, disse Rui Barbosa, “é a vista da nação” e “o jornalista às mais das vezes é isto; um refletor da luz que vem do público, dos sentimentos populares do meio que o cerca”. (“in” Laudelino Freire, Ruy, pág. 38, Ed. Casa de R.B., 1958 e Obras

Completas, vol. XXIX, tomo V, pág. 186, respectivamente).

O fato é que o paciente, jornalista estrangeiro, teve cancelado o visto de permanência no País, por ter assinado reportagem dita leviana, mentirosa e ofensiva à honra do Presidente da República Federativa do Brasil, publicada no “The New York Times”.

Poderia o Ministro da Justiça fazê-lo?

O ato de concessão ou revogação de visto de permanência no país de estrangeiro, em tese, está subordinado aos interesses nacionais (art. 3º da Lei nº 6.815/80). O visto é ato de soberania. Pergunto-me, porém, se uma vez concedido poderá ser revogado pelo fato do estrangeiro ter exercido um direito assegurado pela Constituição, qual o de externar a sua opinião no exercício de atividade jornalística, livre de quaisquer peias? Estaria tal ato administrativo a salvo do exame pelo Judiciário?

Neste caso penso que não. É que no Estado Democrático de Direito não se pode submeter a liberdade às razões de conveniência ou oportunidade da Administração. E aos estrangeiros, como aos brasileiros, a Constituição assegura direitos e garantias fundamentais descritos no art. 5º e seus incisos, dentre eles avultando a liberdade de expressão. E dúvidas não pode haver quanto ao direito de livre manifestação do pensamento (inciso IV) e da liberdade de expressão da atividade de comunicação, “independentemente de censura ou licença” (inciso IX).

Mas dos autos só constam alegações e notícias publicadas em jornais. Não acompanha a inicial a reprodução do ato administrativo e entendo necessário conhecer as razões que o determinaram.

Urge, porém, assegurar ao paciente, cujo pleito vejo revestido da fumaça de bom direito, a plena eficácia das garantias constitucionais, pelo que lhe defiro salvo-conduto até decisão do feito, nos termos do art. 201, IV, do RISTJ.

Oficie-se ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça comunicando a decisão e requisitando informações no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 13 de maio de 2004.

A verdade como alternativa

“A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que sonegam e roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.”

Rui Barbosa

CÍCERO SANDRONI

Este conhecido trecho do famoso jurista brasileiro, sùmula do seu espírito liberal e pedra de toque de um pensamento cujas raízes remontam ao Iluminismo e aos pensadores da Revolução Americana, notadamente Jefferson, o federalista que entre um governo sem imprensa e uma imprensa sem governo preferia esta última situação, permanece atual e deve ser sempre lembrado, para exemplo dos “liberais” que defendem a liberdade de imprensa mas gostariam de suprimir os jornais.

Utilizei as palavras de Rui na epígrafe, extraídas de *A imprensa e o dever da verdade*, para acentuar a permanência, no terceiro milênio, de idéias que no Segundo Reinado pareciam claras e absolutas, apesar das tentativas de instaurar a censura por parte de políticos no poder, fossem liberais ou conservadores, que não se conformavam com as

críticas e ataques dos jornais da oposição.

Estes regressistas encontravam no monarca um sólido obstáculo às suas pretensões obscurantistas. Quando instado a patrocinar leis para “controlar” os jornais, Pedro II alegava: “Com uma lei de imprensa assim, quem me informaria sobre o que os meus ministros estão fazendo?” Sua frase atravessa os séculos e soa hoje com impressionante atualidade. Se os jornais ainda estivessem sob a censura instaurada pelo regime militar de 1964, quem informaria ao presidente Lula sobre o que os seus ministros e os assessores dos seus ministros estão fazendo? Assim, na resposta do monarca bragantino do século XIX consubstancia-se a idéia fundamental de que a liberdade de imprensa, além de um direito inalienável do homem, é um eficiente auxiliar do governo.

Mas esta situação de liberdade total durou pouco. Depois da proclamação da República a que os brasileiros da época assistiram “bestializados”, na expressão de Aristides Lobo, a imprensa brasileira passou por maus momentos. De 15 de novembro de 1889 até os primeiros vagidos da Nova República de Tancredo e Sarney, o número de anos sob o guante do censor ultrapassa aqueles em que a planta da democracia, tão frágil e tenra nas palavras de Otávio Mangabeira, garantiu uma razoável liberdade de imprensa,

assim considerada aquela que permite a empresas produzir, imprimir e colocar nas bancas ou em assinaturas, seus “produtos”, isto é, os jornais.

Neste ponto é preciso voltar ao texto de Rui e pedir ao grande brasileiro uma definição para a palavra “imprensa”. Na impossibilidade de obter uma resposta, vamos descrever a imprensa escrita, de um modo precário, mas operacional, como tudo aquilo que abastece uma banca de jornais ou é vendido sob forma de assinaturas aos leitores. Sem entrar em discussão sobre valores, vamos encontrar nesta situação desde as revistas de pornografia, passando por publicações de auto-ajuda e de públicos segmentados, até as revistas de interesse geral, mensais e semanais, os jornais populares e os “jornalões”, aqueles que, não importa a circulação, garantem sempre refletir o pensamento do que se convencionou chamar de opinião pública, mas que, na maioria das vezes, como sabemos, não passa de opinião publicada.

É provável que a liberdade de imprensa, (imprensa escrita) seja um privilégio destes jornais e das revistas semanais de maior tiragem. Para exercer esta liberdade é necessário um grande aporte de capitais que só grandes empresas são capazes de obter. E mesmo essas, como vemos agora, necessitarão de urgente socorro financeiro do governo federal. Nem mesmo a abertura

aos capitais estrangeiros foi capaz de atrair capitais para ajudá-las.

Assim, a liberdade de imprensa, hoje, está fortemente vinculada à liberdade de empresa. Para retomar a idéia de Rui sobre a missão da imprensa no cenário nacional, é indispensável ampliar o seu significado, estimulando a criação da imprensa alternativa, que tanto contribuiu para a derrubada do regime militar de 1964. Só com uma rede de jornais e revistas de pequena tiragem, não importa, que ofereçam ao leitor “alternativas” de interpretação e análise das notícias que todos os dias são quase que repetidas pelos meios de comunicação de todos os modelos, poderemos enfim compreender as palavras de Rui.

Caso contrário corremos o risco de concordar com o marquês de Custine (1790-1858), segundo o qual, “entre outros inconvenientes da liberdade de imprensa há o fato de os países onde ela reina sem controle se tornarem uma arena onde o dinheiro das potências estrangeiras suscita jornais que se tornam outras tantas tribunas abertas aos interesses corruptores dos estrangeiros”.

Adam Philippe Custine (1742-1793), marechal-de-campo do exército francês, foi eleito deputado aos Estados Gerais em 1789. Obteve boas vitórias contra a Prússia, mas, por ter sido derrotado em Conde e Mogúncia, foi julgado traidor e guilhotinado.

Maurício Azêdo

A NOVA ABI

ARISTÉLIO ANDRADE

Minha tarefa é escrever sobre Maurício Azêdo. Traçar o seu perfil. Para quem passou a tarefa, a nossa Diretora de Jornalismo e Editora do *Jornal da ABI*, Joseti Marques, pode parecer um trabalho fácil para quem o acompanha ao longo de 40 anos, ora como companheiro de trabalho político num partido então clandestino, ora em diversas redações do Rio e de São Paulo, ou, ainda, mesmo separados pelo “enfurnamento” que nossas obrigações profissionais nos obrigaram, como amigos fraternos que sempre fomos.

Hoje, me orgulham os fatos de ser seu assessor no Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro e, a partir do último dia 13 de maio, de ajudá-lo como diretor econômico-financeiro numa Diretoria liderada por ele. Poderia anotar o que ele fez na vida e o escrito passaria a ter cara de currículo. Na nossa profissão foi repórter, colunista esportivo (*A Crônica da Leonor*), redator, chefe de redação, diretor de vários tipos de publicações e, acima de tudo, lutador das boas lutas e, por isso mesmo, foi vítima de indignidades que nenhum ser humano merece.

Deu a volta por cima, não dobrou o espinhaço, foi eleito e reeleito pelo

povo carioca como seu representante na Câmara de Vereadores. Foi o seu presidente, exercendo, num período de transição, o cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro, um dos seus grandes amores — o Flamengo é outro —, cidade que ele conhece como ninguém. Culminou por ser escolhido, pelos seus pares, como Conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, onde se mostrou um atento e vigilante julgador dos dinheiros públicos. Seus votos e pronunciamentos no Tribunal passaram a ser motivo de comentários entre os funcionários e alguns deles se transformaram em normas a serem seguidas pela administração municipal.

Mas ousou dizer que nenhuma ocupação, de diretor de jornal a prefeito, de legislador a conselheiro do TCMRJ, nenhuma outra toga lhe cai melhor do que a de presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Casa que viveu seus melhores dias quando ele era diretor da Biblioteca Bastos Tigre e reunia em torno de si alguns dos jornalistas que ora o acompanham na direção da Casa do Jornalista.

Na gestão do presidente Prudente de Moraes, neto e de Mário Cunha, secretário, ele e a sua “patota”, como bem definiu o atual diretor cultural, jornalista João Máximo, transformaram a ABI numa entidade viva, vibrante, onde as idéias fluíam e eram



FOTO AMICUCCI GALLO

concretizadas. Nem a bomba que explodiu no sétimo andar, o da Diretoria, conseguiu amedrontar, calar ou esvaziar a ABI. O Cineclube Macunaíma continuou funcionando, os shows de MPB acontecendo e o *Boletim da ABI*, o jornal da Casa do Jornalista, saindo periodicamente, informando aos associados tudo o que se passava na imprensa brasileira.

Por tudo isso, ao invés de um perfil do homem, jornalista, político, magistrado, prefiro fixar um prognóstico, para um futuro bem próximo:

A ABI estava na UTI, muda e paralisada. Nas vésperas do grupo que criou o Cineclube Macunaíma, ago-

ra renovado, assumir a sua direção, a ABI recebeu a visita desagradável de dois fiscais, que lá estiveram para cumprir seus deveres e o cumpriram sem contemplação, como se estivessem dentro de uma venda de secos e molhados. Para eles a ABI não passava de um contribuinte relapso. A ABI mudou. Mudou, inclusive, nos seus intestinos. Mudou para o bem de todos nós, inclusive o deles. Mais cedo do que se esperava, a ABI está de pé, anda pelas suas próprias pernas e diz o que pensa, vibrante, afinada com os mais legítimos anseios do povo brasileiro, ciente de seus deveres, direitos. Está de pé e com muita dignidade.

Caó em seus grandes papéis

Guerreiro, sim, mas um guerreiro de paz. Inteligente, hábil, integrador, sagaz, bem informado e, no melhor sentido, político. É o novo presidente do Conselho Deliberativo da ABI, cargo a que chega depois de fundamental participação no grupo que se elegeu em 30 de abril pela Chapa Prudente de Moraes, neto.

Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos, baiano de Salvador, 61 anos, foi na verdade um dos mais presentes participantes das reuniões do 12º andar, que os adversários chamavam de “conspiração” e os aliados, mais apropriadamente, de reconstrução. Dos mais presentes, embora não necessariamente dos mais pontuais.

Pontualidade Caó a teve ao longo de uma vida inteiramente dedicada à política. Estar na hora certa no lugar certo é algo que já lhe acontecia aos 15 anos, quando o pai o levou para uma reunião da associação de moradores do bairro da Federação, entre o cemitério de Campo Santo e o terreiro de Mãe Menininha do Gantois. Lá chegando, Betinho (como era conhecido antes de se tornar Caó) testemunhou uma discussão sem fim, por alguma impropriedade na ata da reunião anterior. O pai pediu silêncio para uma questão de ordem:

— Senhoras e senhores, por favor. Trouxe meu filho para esta reunião e vejo que a algazarra deixou-o abestalhado. Tudo por culpa deste livro. Faça uma sugestão: o menino tem boa caligrafia e pode perfeitamente passar a fazer nossas atas.

Aprovado. A partir de então Betinho aprendeu as artimanhas da associação. Foi tomando partido, passou

a usar o alto-falante para dizer o que pensava e depois ampliou seu campo de ação acompanhando o tio no movimento de estivadores da Cidade Baixa. O tio simpatizava com os comunistas, mas não se unia a eles:

— Ainda não estou à altura de Karl Marx, justificava.

Tempos depois, Betinho era matriculado no colégio Antônio Vieira, de padres jesuítas.

— Eu e um amigo éramos os únicos pretinhos, lembra.

O Antônio Vieira era freqüentado por meninos da classe média alta, mas graças à mãe, costureira com clientela entre as madames endinheiradas da cidade, ele e os irmãos puderam estudar em bons colégios (a irmã Eliete seria recusada num colégio de freiras por ser negra). Quanto a Betinho, fez-se bom aluno já pensando em ser advogado. Bom aluno, mas dado a certas travessuras. Intrigava-o o fato de, em todas as peças encenadas pelos padres, caber-lhe sempre o papel de diabo. Foi o que o levou a um ato de protesto: no dia da estréia da nova peça, jogou mercurocromo nas roupas dos demais personagens, tornando-as quase tão vermelhas quanto a do diabo. Os padres mandaram chamar seus pais.

— Por que foi fazer uma diabrura dessa, Betinho?, perguntou-lhe a mãe.

— Estou cansado de fazer sempre o mesmo papel. Por que não posso ser Deus de vez em quando?

No curso clássico, participou de congressos da UNE no Rio, fez Direito, tornou-se vice-presidente do Grêmio Estudantil Ruy Barbosa e presidente do Intercâmbio Internacional da UNE. Como tal, participou de um

FOTO AMICUCCI GALLO



Carlos Alberto Caó, Presidente do Conselho

congresso internacional em Leníngrado, onde, sem consultar ninguém, lançou o Seminário Internacional dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido, a realizar-se no Rio. De volta ao Brasil, foi duramente cobrado. Com autorização de quem lançara tal seminário? Cartas do mundo inteiro chegavam pedindo detalhes do importante evento, não restando a Betinho outro caminho senão arregaçar as mangas e realizá-lo, o que foi feito em 1963, com muita conversa e a providencial ajuda do Itamarati e do presidente da República, João Goulart.

Estava na presidência da UNE de Salvador quando deu-se o golpe de 1964. Estava na mira dos militares.

— Concluí que, ou eu me picava, ou eles me matavam. Fugi para o Rio.

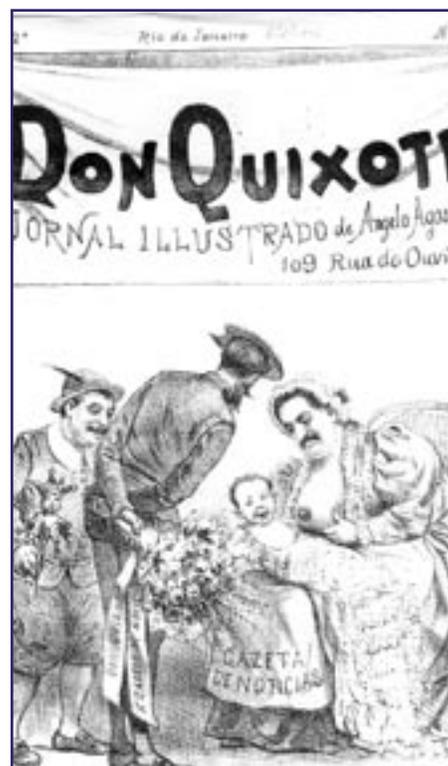
O caminho foi o jornalismo. Trabalhou na *Luta Democrática*, *O Jornal*, *Tribuna da Imprensa*, TV Tupi. Em todos esses lugares, como repór-

ter ou redator político opondo-se à ditadura e defendendo a liberdade de expressão. Mas, em 1970, foi levado de volta a Salvador. Um IPM contra ele e outros ativistas fora instaurado lá. Betinho foi condenado a dois anos de prisão. Já então como Caó, voltou ao Rio, trabalhou no *Jornal do Brasil*, chegou a ser editor de *Veja*. Em 1978, foi eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, cargo em que assumiu a linha de frente dos que iam recebendo os exilados de volta ao Brasil. Foi seu primeiro contato com Leonel Brizola e o recém-fundado PDT.

Em 1982, elegeu-se suplente de deputado federal pelo novo partido, tornando-se depois secretário de Trabalho e Habitação. Em 1986, o ano da Assembleia Constituinte, era eleito deputado federal. Logo conseguiria aprovar a lei que leva o seu nome, estabelecendo que racismo é crime no Brasil (e, por inspiração em sua luta, em outros países também).

Depois de um longo afastamento, determinado pelo marasmo em que a Casa mergulhou, Caó voltou à ABI em abril do ano passado, como candidato ao terço do Conselho Deliberativo a ser eleito na ocasião. Eleito, presidiu a assembleia que reformou o estatuto da entidade, em 6 de janeiro, e a mesa que se instalou a 29 de abril para a histórica eleição do dia seguinte.

O guerreiro de paz Caó é, portanto, o nome natural para presidir o Conselho Deliberativo que vai trabalhar pela reconstrução da ABI. Desta feita, pode-se apostar, somando pontualidade à competência.



Ilustrações Acervo Fichel Davit Chargel

comércio de bens industriais eram reservados à metrópole, cabendo às colônias encomendar os que eventualmente desejasse e pagá-los com suas riquezas naturais.

Porém, ao desembarcar por aqui fugindo de Napoleão, a monarquia portuguesa trouxe para o Rio 15 mil novos habitantes. E, ao contrário dos 50 mil que então já viviam na cidade, os recém-chegados incluíam grande número de pessoas acostumadas a outra realidade cultural, onde prescindir da leitura de jornais era impensável. Foi para atender a essa e outras necessidades que o príncipe regente D. João inauguraria, naquele mesmo ano, a Imprensa Régia, primeira tipografia brasileira, com apenas dois prelos e responsável pela produção dos exemplares da *Gazeta do Rio de Janeiro*. No fundo, parte da revolução cultural provocada pela transferência da Corte, que incluiria a abertura dos portos, a criação do Banco do Brasil, do Jardim Botânico e de bibliotecas, entre outros avanços.

Continuava, porém, a ser exclusivo do governo o direito de imprimir livros ou quaisquer outros escritos, constituindo grave delito a violação desse preceito. A essas alturas, o *Correio Braziliense* já havia sido lido por um punhado de pioneiros, que ali puderam encontrar algum eco do sentimento nativista brasileiro, então em desenvolvimento. Algo que jamais poderia passar incólume aos atentos olhos de Frei Tibúrcio da Rocha, o encarregado da Coroa Portuguesa que exercia a censura oficial na *Gazeta do Rio de Janeiro*.



Quintino Bocaiuva

Não é difícil concluir assim que, mesmo se verdadeiras as alegações de que José Hipólito era algo elitista e antipopular, seu pesadíssimo jornalão (às vezes até 100 páginas) constitui referência muito mais recomendável que a *Gazeta* como marco inicial da imprensa brasileira. Quando menos, pelo grau de independência almejado. Não à toa, seu fundador viria a ter prisão decretada, acusado de jacobinismo.

O mesmo movimento constitucionalista que obrigou D. João (agora monarca) a voltar para Lisboa permitiu que se introduzisse no Brasil a liberdade de imprensa, um dos pilares da democracia liberal pela qual lutava e, ao mesmo tempo, uma conveniência para o príncipe D. Pedro, cujos interesses

começavam a identificar-se com os do nacionalismo brasileiro. Em 28 de agosto de 1821, o futuro primeiro imperador do Brasil decretou que não se embaraçasse, por pretexto algum, a impressão que se quisesse fazer de qualquer texto escrito em nossas terras. Nesta época, o *Correio* e a *Gazeta* já haviam medido forças na busca de captar, para suas redações, os melhores escritores brasileiros da época.

De lá para cá, a liberdade de imprensa compartilhou com a democracia o mesmo caminho sofrido em terras brasileiras, encontrando-se hoje consagrada sob a forma de cláusula pétrea em nossa Constituição. Mas entre a letra e a realidade existe um labirinto de influências, nem sempre sutis, capazes de nos fazer às vezes duvidar de que sua implantação plena seja algo para breve.

O editorial da primeira edição do *Correio Braziliense* (que chegou a ter 175 e circulou até 1822), enfatizava que a imprensa livre tinha por objetivos apresentar “os fatos do momento, as reflexões sobre o passado e as sólidas conjecturas sobre o futuro”. Narizes-de-cera à parte, este continua a ser um desafio cotidiano da instituição no Brasil, onde, ao longo destes quase 200 anos, tem tido de defrontar-se com as mais variadas expressões dos poderes político e econômico interessados em controlá-la. Um embate em que obteve apenas sucessos parciais e nem sempre duradouros. Com a chegada de uma nova ABI, podemos esperar melhor sorte no próximo round.



Repórteres e redatores do *Jornal do Commercio*, em 1911

A mídia nos tempos da globalização

DÊNIS DE MORAES*

As corporações de mídia desempenham um duplo papel estratégico no processo de reprodução ampliada do capitalismo contemporâneo. O primeiro diz respeito à sua condição peculiar de agentes operacionais da globalização, do ponto de vista da enunciação discursiva. Não apenas legitimam o ideário global, como também o transformam no discurso social hegemônico, propagando visões de mundo e modos de vida que transferem a regulação de demandas coletivas para o mercado. Como se somente este pudesse atender os anseios do que se convencionou chamar de organização societária.

A retórica da globalização enquadra o consumo como valor universal, capaz de converter necessidades, desejos e fantasias em bens integrados à ordem da produção. Os aparatos de veiculação fabricam o consenso sobre a hipotética superioridade das “economias abertas”, insistindo que não há saída fora dos pressupostos neoliberais. Ao mesmo tempo, ocultam a carga atômica de desigualdades nos espaços e subespaços econômicos, procurando neutralizar o pensamento crítico e as expressões de dissenso.

A grande mídia assim atua tanto por adesão ideológica à globalização capitalista quanto por deter a capacidade única de interconectar o planeta, através de satélites, cabos de fibra óptica e redes infoeletrônicas. Não creio existir outra esfera habilitada a interligar povos, países, sociedades, culturas e economias. A característica integradora é algo intrínseco aos complexos de difusão, e isto se viabiliza por seu incontestável avanço tecnológico.

Com efeito, a mídia concatena, simbolicamente, as partes das totalidades, procurando unificá-las em torno de determinadas significações. A partir de uma retórica que demonstra sutil sensibilidade para lidar com símbolos abrangentes, suscita identificações sociais e psíquicas, interferindo em hábitos de consumo e direcionando pontos de vista e emoções. Pensemos na CNN, que distribui, por satélites e cabos, a partir da matriz em Atlanta, notícias 24 horas por dia para 240 milhões de lares em 200 países e 86 milhões nos Estados Unidos, além de 890 mil quartos de hotéis conveniados. A CNN não apenas criou e universalizou uma linguagem e um formato televisivos, como alinha, frequentemente, a sua orientação editorial com interesses estratégicos norte-americanos.

A informação disseminada pelos quatro quadrantes tornou-se fonte alimentadora das engrenagens indispensáveis à hegemonia do capital, uma espécie de “mais-valia decisória” que se qualifica como recurso básico de gestão e produção. A produtividade e a competitividade dependem do poder dos agentes econômicos de aplicar de modo eficiente informações baseadas em conhecimentos. A disponibilização de dados em tempo real passa a ser elemento-chave para a diminuição do prazo de resposta de investidores e especuladores diante da volatilidade dos mercados financeiros.

O controle da informação situa-se no vértice de estruturas de dominação que submetem discrepâncias políticas e diferenças culturais a razões mercadológicas e a injunções geoeconômicas. Não é difícil entender por que os recursos aplicados em tecnologias de informação respondem por uma por-

centagem que oscila entre 3,5% e 5,2% do Produto Interno Bruto dos Estados Unidos. O incremento de gastos é ainda mais significativo na Europa e na Ásia — 7% e 10%, respectivamente.

O sistema tecnológico incorpora ao capitalismo a sua lógica expansiva, caracterizada pela contínua integração dos fluxos de informação em um sistema comum de altíssima velocidade, a um custo decrescente (em boa parte assegurado pela violenta redução da força de trabalho e pela supressão de direitos trabalhistas). A absorção de dados privilegiados garante a constituição de dividendos competitivos. A fluidez informativa possibilitada pelas tecnologias, portanto, não representa um bem comum e não desfaz, por si só, exclusões, sobretudo nos países periféricos. Apenas grandes empresas e instituições hegemônicas têm a prerrogativa de utilizá-la extensivamente em função de seus interesses particulares.

Nesse contexto, os conglomerados de mídia exercem um segundo papel distintivo, o de agentes econômicos globais. Todos eles figuram entre as 300 maiores empresas não-financeiras do mundo. De acordo com a consultoria Veronis Suhler, a indústria de comunicação é o setor de crescimento mais rápido da economia norte-americana entre 1999 e 2004, com média de 7,3% — à frente dos mercados financeiro (6,4%), de serviços (5,6%) e de bens duráveis (3,8%).

Para este resultado, contribuíram decisivamente as desregulamentações neoliberais das décadas de 1980 e 1990. Os megagrupos de mídia adequaram-se às linhas mestras da corporação-rede, explorando sinergias em ramos conexos, ampliando seu potencial logístico e economizando na esca-

la. Buscam alcançar os parâmetros de rentabilidade que norteiam os demais gigantes transnacionais, através de alianças, fusões e participações cruzadas. E tudo isso sem se submeterem a maiores restrições legais, graças à insuficiência de marcos regulatórios e à deliberada omissão dos poderes públicos e de organismos multilaterais.

Mesmo com a retração das verbas publicitárias e a desaceleração internacional, consultorias especializadas prevêem que os investimentos em comunicação continuarão a aumentar a médio e a longo prazos. Os lucros muitas vezes são reaplicados pelos *players* em outras áreas de atividades, com o objetivo de minar antigas supremacias e, sempre que possível, instituir novos monopólios. A frase irônica do magnata Rupert Murdoch, proprietário da News Corporation, sublinha essa pretensão de domínio: “Não se preocupem. Não queremos controlar o mundo. Só queremos um pedaço dele.”

Deduzimos que a indústria de mídia e entretenimento se expande à sombra da oligopolização de suportes e serviços, ainda que a retórica neoliberal insista na suposição dos benefícios tecnológicos. A hibridação de técnicas e meios de difusão está longe de equacionar descompassos nos acessos à informação, ao conhecimento e às inovações. Ao contrário, ela repõe tensões e desníveis entre hierarquias planetárias.

Em consonância com a dinâmica capitalista, as corporações de mídia projetam-se assim, a um só tempo, como agentes discursivos, com uma proposta de coesão ideológica em torno da globalização, e como agentes econômicos proeminentes nos mercados mundiais, vendendo os próprios produtos e visibilizando a visibilidade dos de seus anunciantes. Evidenciar esse duplo papel parece-me fundamental para entendermos a sua desmedida influência, que cada vez mais abala o pluralismo cultural e põe em xeque a diversidade informativa.

* Dênis de Moraes, doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Publicou, entre outros livros, *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*, org. (2003), *O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia* (2001), *O planeta mídia: tendências da comunicação na era global* (1998) e *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos* (1992).

ABI: uma nova fase

CRISTINA KONDER

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi fundada em 7 de abril de 1908, há 96 anos. A pessoa que desempenhou o papel mais destacado na sua criação foi o jornalista catarinense Gustavo de Lacerda, de condição social modesta. Morreu como indigente na Santa Casa da Misericórdia, redigindo os estatutos da organização, em 4 de setembro de 1909.

Os dirigentes da ABI, nos seus primeiros anos de existência, se empenharam em ampliar o quadro dos associados. Já em 1932, porém, a ABI começa a mostrar sua vocação como defensora das liberdades democráticas e de imprensa. Houve um áspero conflito entre autoridades militares e o *Diário Carioca*. O jornal foi empastelado. E o então presidente da associação, Herbert Moses, se solidarizou com a vítima da violência.

Outro episódio de brutal violência repressiva ocorreu no início do governo Dutra, quando policiais — insuflados pelo clima da “guerra fria” — depredaram as oficinas e a redação do jornal comunista *Tribuna Popular*.

Herbert Moses manteve uma linha de ação comprometida com a crítica à censura, com a proteção aos jornalistas perseguidos. Em sua gestão foi criado o *Boletim da ABI* e se fez uma ampla mobilização de artistas e intelectuais pela liberação do filme *Rio 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos.

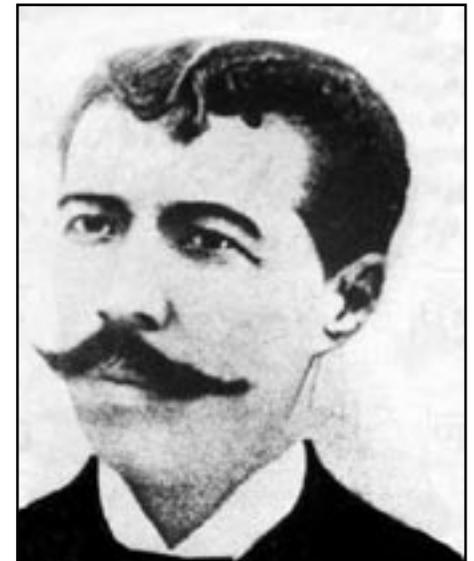
Com o agravamento das contradições políticas e sociais, a ABI foi sendo desafiada a lutar cada vez mais pelas liberdades democráticas. Sem fazermos uma lista completa dos presidentes que a entidade já teve, podemos lembrar mais facilmente, nesse período, os nomes de Danton Jobim, Prudente de Moraes, neto e Barbosa Lima Sobrinho.

O golpe de 1964 criou condições ainda mais inóspitas para os que defendiam a liberdade de imprensa. Houve várias prisões de jornalistas, a ABI protestou, aliou-se a outras organizações que compunham a “sociedade civil” e enfrentou o desafio.

A ditadura foi pressionada, obrigada a sair de cena. Deixou, contudo, uma situação de enormes desigualdades. Ao invés de procurar reduzir ao silêncio o discurso irritado da direita, reprimindo-o, a esquerda contra-atacou. Mas o contra-ataque foi em vão. Os democratas se alegraram com a eleição de Lula, porém logo se deram conta de que não tinham clareza quanto às



Os tempos heróicos: sede no Clube dos Democráticos, sociedade carnavalesca



Gustavo de Lacerda: o começo de tudo



Barbosa Lima: firmeza democrática



Moses (com Vargas): o grande construtor



Danton (com JK): diálogo, sempre



Prudente: contra o AI-5, a antilei

mudanças que podiam, que deviam e precisavam realizar.

Várias organizações (entre as quais a ABI) deram sinais de confusão, de incapacidade de optar por caminhos alternativos. No entanto, os jornalistas associados perceberam que trilhar determinadas estradas (e não outras) era mera questão de vontade política.

Esse grupo venceu a eleição reali-

zada há poucos dias para a presidência da ABI e consagrou a chapa formada por Maurício Azêdo e Milton Temer.

O novo presidente e seus colaboradores vão lutar por uma democratização mais efetiva da entidade, mobilizando mais gente para melhorar o seu funcionamento. Um ponto de honra para a nova presidência da ABI é a ampliação (e o aprofundamento) da participação das mulheres.

De fato, nós, jornalistas do sexo feminino, depois de termos crescido tanto no exercício da profissão, depois de termos nos multiplicado nas empresas jornalísticas, precisamos levar para a Associação Brasileira de Imprensa nossa sensibilidade, nosso espírito crítico, nosso senso de justiça. Essa seria uma contribuição inestimável para a nossa corajosa organização profissional.

Nas antenas da TV

FERNANDO BARBOSA LIMA

Quais os compromissos que a televisão de um país em desenvolvimento, um Brasil ainda no Terceiro Mundo, deve ter com o nosso povo?

Sabemos, olhando a história, que a evolução econômica das grandes nações sempre caminhou ao lado da evolução cultural.

Uma não existe sem a outra.

Sabemos que a televisão é o mais

importante veículo de comunicação de toda a história da humanidade.

Questionar abertamente a verdadeira finalidade da televisão brasileira é vital para o desenvolvimento cultural e econômico do nosso povo.

Daí as perguntas que todos nós, de televisão, precisamos fazer sempre:

A TV deve ser apenas progresso ou, sobretudo, civilização? Deve ser apenas um bonito bazar, um supermercado moderno ou deve saber colocar o interesse público em primeiro lugar? Qual é a sua verdadeira finalidade, a sua responsabi-

lidade? Apenas divertir e vender produtos? É muito pouco para a TV.

O Brasil tem hoje perto de 160 milhões de espectadores. Isso significa que um programa com apenas um ponto de audiência no IBOPE está sendo visto por 1 milhão e 600 mil pessoas.

Mais que os leitores de um jornal ou de uma revista de grande circulação.

Uma criança brasileira passa mais de seis horas por dia vendo a TV.

Isso representa mais tempo dedicado à televisão do que à escola, aos pais ou aos amigos. Isso quando ela tem família ou escola.

Acredito que essa criança, silenciosa e solitária, vai compor a grande maioria de um Brasil alienado.

As Nações Unidas classificaram o Brasil, junto com a Nigéria e o Paquistão, entre os piores exemplos de atraso social.

Para a maior parte do nosso povo, gente pobre e humilde que pertence as classes C, D e E, gente que representa mais de 80% da audiência, a televisão tem um significado superior, quase um Deus onipotente e onipresente.

Para eles a TV sabe tudo. Representa força e poder. Está nos gramados dos mais famosos estádios do mundo e nas pistas de alta velocidade. Coloca dentro da casa da gente, ao vivo, o Papa, reis e rainhas, artistas e políticos. Transmite tudo: grandes desastres, o carnaval, julgamentos famosos. Suas câmeras navegam a bordo das naves espaciais até Marte ou entram dentro do nosso corpo.

Já não existem mais limites. A TV faz o nosso povo chorar e rir num mesmo capítulo de novela. Faz o pobre esquecer a miséria e o sofrimento.

A sua pequena tela luminosa é um grande mundo mágico.

Estamos começando a comemorar, se essa é a palavra certa, um novo Brasil. Um Brasil que olha o Brasil.

Daí a importância de questionar mais uma vez os compromissos que a TV deve ter com um Brasil que busca o desenvolvimento.

Nesses 50 anos a TV poderia ter alfabetizado todo o nosso povo. Poderia ter evitado milhões de mortes prematuras através da medicina preventiva.

Poderia colocar, como a Globo está fazendo agora nas novelas e telejornais, a solidariedade cidadã sempre em primeiro lugar.

Poderia ter criado um forte sentimento de nacionalidade e patriotismo mostrando o Brasil aos nossos jovens, revelando o mercado de trabalho, os esportes amadores e a confiança no país.

Muita coisa poderia ter sido feita pelo Brasil nesses 50 anos. Muita gente poderia estar ajudando e gostaria de fazer isso.

Se a nossa TV já tem uma excelente técnica, uma produção de alta qualidade internacional, ela precisa agora ganhar uma alma brasileira.

Na TV o interesse público deve estar sempre em primeiro lugar.

Esse questionamento deve fazer parte dos projetos da nova ABI.

ABI: entidade da sociedade civil organizada

MILTON TEMER

São vários os compromissos da Chapa Prudente de Moraes, neto que ora assume a condução política e administrativa da Associação Brasileira de Imprensa. De pronto, ser capaz de gerar o máximo de criatividade na busca de alternativas para o quadro quase trágico de suas condições financeiras atuais. O máximo de criatividade para dar destinação digna a seu considerável patrimônio, hoje condicionado a arrendamentos e concessões inadmissíveis. O máximo de criatividade para recuperar a condição de entidade filantrópica, sem fins lucrativos, casada por absoluta incúria de administrações anteriores, o que nos gera uma difícil situação de débitos tributários e trabalhistas.

Ao lado disso, mas com o mesmo grau de prioridade, a ABI tem obrigação de recuperar seu espaço decisivo entre as entidades da sociedade civil organizada. E não por questão de vontade ou presunção. Qualificamos esta tarefa como necessidade cívica, diante do quadro dramático de descrença que envolve grande parte das instituições republicanas e muitas do chamado “terceiro setor” — essa rede de organizações não-governamentais, onde

a separação do joio do trigo, principalmente no item correspondente à utilização de verbas públicas, faz-se absolutamente premente. O noticiário recente, aliás, tem tornado isso claro.

Não são poucos, portanto, os obstáculos gigantescos a superar.

E para o cumprimento dessas hercúleas tarefas, esta diretoria tem que criar estímulos para a refundação daquilo que deveria se constituir na sua principal fonte de receita, para além da revisão de aluguéis, ora mal administrados, e arrendamentos de espaços. A ABI tem obrigação de recuperar a vida ativa de seu quadro social, fazendo com que as novas gerações descubram e freqüentem sua sede, assim como deve fazer com que os antigos militantes, afastados pela desimportância em que a entidade foi atirada pelas últimas administrações, retornem à militância que antes os orgulhava.

Mas não se preocupem os que nos acompanharam nessa primeira batalha, que foi a vitória eleitoral no pleito — direto, segundo o novo estatuto — para a diretoria. Vamos nos empenhar com vontade coletiva, marca dessa equipe nascida de uma eleição que registrou recorde de participação na nossa história recente. Uma participação que nos deu imensa alegria — não só durante a composição da equipe

executiva e da chapa do terço do Conselho que elegemos, mas, principalmente, pela qualidade do quadro eleitoral votante. Da imensa quantidade de jornalistas importantes presentes.

E os primeiros passos já estão sendo dados por conta da disseminação desse espírito de convocação. A ABI já está mudando fisicamente. Seu aspecto decadente começa a ser superado graças, exatamente, ao ânimo da convocação por conta da nova equipe dirigente. O jovem empresário Alberto Ahmed, presidente do jornal *O Povo*, sem custos para a entidade, mas animado por seu novo espírito, vem se empenhando, de forma militante, na recuperação de nossas instalações. Já está aí a nova face do nosso salão nobre, no nono andar. Do nosso auditório. De nossa fachada, limpa e com muito mais visibilidade — características que desejamos transmitidas à nossa forma de trabalho.

Nas questões externas, coloca-se, com destaque, a necessidade da retomada de contatos permanentes com as outras importantes entidades da sociedade civil organizada, em todo o país. A OAB, o Clube de Engenharia, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, os diversos Conselhos de Economistas, a União Nacional de Estudantes, a Associação de Engenheiros da Petrobrás,

apenas para citar alguns pares mais freqüentes. Mas também os Sindicatos de Jornalistas e a Federação Nacional, estendendo-nos, é claro, aos movimentos sociais.

Temos que estabelecer um convívio mais freqüente com as representações dos diversos partidos políticos; trazer de volta a nossos debates e seminários os nomes mais expressivos da vida parlamentar e acadêmica. O convívio de jornalistas com esses outros segmentos é fundamental para a construção de bases sólidas na defesa das prerrogativas que consideramos cláusulas pétreas da razão de nossa existência: a defesa do Estado Democrático e da Soberania Nacional, paradigmas impostos pelas gestões de Prudente de Moraes, neto, no combate corajoso ao regime autoritário, prosseguido pelo inesquecível Barbosa Lima Sobrinho, que o enriqueceu com a defesa do patrimônio de empresas públicas, quando atacadas pelo modelo neoliberal da década de 90.

São esses os nossos objetivos fundamentais. Que, para plena execução, não dependem só da nossa vontade política, mas, e sobretudo, da presença permanente e vigilante dos jornalistas de todas as gerações que em nós tenham depositado sua confiança.

ABI: atualidade e futuro

FERNANDO SEGISMUNDO

Na história da Associação Brasileira de Imprensa não se conhecem omissões ou recuos no cumprimento do Estatuto. Por mais árduas que tenham sido as situações a enfrentar, todos os esforços de seus administradores acabaram vitoriosos, ou seja: verificaram-se a supremacia da razão e o alcance dos melhores objetivos.

São quase 100 anos de vigilância e de luta em favor das máximas aspirações da categoria e das justas conveniências da sociedade. De fato, em momentos difíceis da nacionalidade sempre se evidenciou a prestante atividade da instituição na defesa dos interesses populares, conspurcados ou desatendidos pelos poderes públicos.

Há muito transcende a entidade da mera assistência aos seus constituintes, como fora sonhado pelos

respeitáveis fundadores. Jornais têm sido pela mesma defendidos com denodo em face dos desmandos políticos. Mas não só dos veículos informativos ela cuida. A população passou a ser o outro alvo de suas preocupações. Tudo que lhe diz respeito acaba por ecoar junto ao corpo social e deste aos administradores por ele escolhidos.

As maiores, definitivas causas sociais deságuam ou têm no nascedouro a assistência, o impulso da ABI. Campanhas pró-anistia política, movimentos em favor da paz universal, do petróleo brasileiro, de nossa economia e da regeneração dos costumes democráticos tiveram e continuaram a ter a mais decidida assistência dos jornalistas representados por sua Casa.

Vale recordar, embora de passagem, o altíssimo papel desempenhado pela ABI na reimplantação do Estado de Direito após a sofrida ditadura militar de mais de 20 anos. Junto com a Igreja e a Ordem dos

Advogados do Brasil, coube-lhe pressionar e obter o fim da linha dura militar, batizada de abertura democrática (negociação da ABI favorecida pelo senador Portella, por determinação do general Ernesto Geisel e do Golbery do Couto e Silva.

A reconstrução democrática, trabalhada nas décadas de 70 e 80, muito deve à Casa dos Jornalistas. O culto do nacionalismo ou do civismo teve uma de suas nascentes aqui, espriando-se pelo país. E continua a medrar na mente dos bons patrícios.

Em resumo e sem ufanias: nossa Casa é uma das mais atuantes lideranças em favor do povo e da pátria. Assim foi elaborada no tempo, ao fragor da luta. A ABI dos e para os comunicadores, sem dúvida. Porém, mais ainda: defensora dos necessitados e impulsionadora das grandes causas nacionais.

Deve e vai ser mais atuante, dentro e fora de seus espaços. A ca-

minho do centenário e com as suas finanças regularizadas, finalizará muitas das tentativas de seus passados administradores. Voltarão as associações de classe, frágeis em seus estados, a se fortalecer ao influxo da matriz. Haverá congressos específicos por ela promovidos.

Crescerá o zelo pelas Escolas de Comunicação, criadas sob a influência da ABI. Cursos de especialização, publicações didáticas, boletins, anuários, encontros nacionais e pan-americanos, aproximação com os sindicatos da categoria e muitas mais iniciativas ocuparão o entusiasmo e a competência dos responsáveis pela entidade.

Seu novo Estatuto haverá de ser cumprido à risca, por obrigação e devoção. Não só da liberdade de apurar e escrever cuidará a Casa, mas da cultura, do civismo, da vigilância democrática, do empenho pela grandeza do país e ventura dos brasileiros. Será essa a ABI dos próximos anos e de sempre.

Um século de amor pela ABI

Serafim

RUBEM MAURO MACHADO

Jorge

O mundo de Serafim de Sousa, e assim tem sido ao longo do último meio século, durante seis horas por dia, cinco dias por semana, mede exatos 1,60 metro de comprimento por 1,60 de largura.

Como um Pequeno Príncipe a bordo de seu diminuto planeta que sobe e desce nas entranhas do prédio da ABI, ele viu a entidade, o Brasil e o mundo passarem por grandes transformações, sem nunca perder a calma e o bom humor que justificam o nome de batismo. Não há entre os associados quem não conheça e não goste de seu Serafim.

Aos 75 anos de idade e 50 de casa, afirma que o dia mais feliz de sua vida foi aquele em que conseguiu o seu trabalho de ascensorista e orgulha-se de haver transportado algumas das maiores personalidades não só do país como do mundo, índices do prestígio que a ABI já desfrutou e que agora luta para recuperar. E a lista de seu Serafim é de deixar qualquer caçador de autógrafos babando de inveja. Engloba personalidades tão díspares e rutilantes quanto Fidel Castro e Villa-Lobos, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Marco Maciel, Ulysses Guimarães e um jovem Pelé campeão do mundo que ainda servia ao Exército. Transportou um Fernando Collor candidato, a quem considerou jovem demais para a Presidência. Mas a maior emoção com um visitante ilustre, que ele jamais esquecerá, ocorreu quando o astronauta russo Yuri Gagarin, primeiro homem a ir ao espaço, pisou em sua cabine.

— A túnica de seu uniforme branco estava coberta de medalhas e ele, no auge da glória, irradiava simpatia e bom humor. Eu o aguardava ao lado do presidente da ABI, Herbert Moses, no térreo. Gagarin passou por entre a enorme confusão de repórteres, fotógrafos e curiosos, entrou no elevador, abraçou Moses, apertou minha mão e fez questão de falar comigo.

São coisas assim que fazem com que seu Serafim em nenhum momento tenha se arrependido de sua decisão de deixar quase menino a propriedade rural em que nasceu e onde vivia com os pais agricultores e os irmãos, junto à cidadezinha de nascimento, “também terra de Dercy Gonçalves”, como gosta de ressaltar, perto de Friburgo, onde até hoje passa as férias. Nas duas primeiras tentativas no Rio, o rapaz sem emprego teve de regressar à casa paterna. Na terceira, depois de prestar serviços a Moses por indicação de um conhecido, ganhou oficialmente, no



dia 1º de novembro de 1953, o emprego de faxineiro na ABI. Em seguida, fez o curso de ascensorista e foi efetivado na função.

Serafim tem saudades da época em que a ABI era o centro de uma atividade intensa mas não é homem de ficar preso ao passado e, ao contrário, vive com energia as horas escassas do dia. Ao deixar o trabalho às 16 horas, toma o rumo de São Gonçalo, onde construiu a casa em que vive, e às 18h30 já está na sala de aula, onde conclui o segundo grau. E já avisa que não vai parar de estudar: “para aprender não existe idade”. Nessa empreitada, conta com o apoio da mulher Marlene, que lhe deu os filhos Adriana, 32 anos, administradora de empresas, no momento (não se chamasse este país Brasil) desempregada, e Fábio, 30 anos, músico da PM e pai do neto Bryon, de um ano.

Serafim encontra ainda tempo, como diácono da Igreja Batista, de fazer trabalho social, na distribuição de alimentos e outras atividades. E é com o maior prazer que exercita na igreja seus dons de acordeonista, instrumento que aprendeu na qualidade de aluno do famoso Mario Mascarenhas.

— Preciso da convivência com os jovens, na igreja e sobretudo na escola, para também me sentir jovem — diz, numa lição de resistência, fé no futuro e otimismo.



Jorge Vianna Bastos passou 57 de seus 71 anos de vida dentro da ABI e mal disfarça o orgulho de ter se convertido num verdadeiro arquivo vivo da história da entidade.

Carioca de Cavalcanti, ele tinha apenas 14 anos quando, em 1947, foi contratado por Bastos Tigre para trabalhar como *office boy* da biblioteca.

— Eu passava o tempo todo limpando os livros, um a um. Mas também era minha atribuição levar diariamente ao *Correio da Manhã* a crônica Pingos e Respingos, que Bastos escrevia. E a crônica Na Boca do Lobo que a filha dele, Helena Ferraz, também diretora da ABI, escrevia para *O Globo*. E levava a correspondência que seguia para os jornais.

Bastos Tigre, que hoje nomeia a biblioteca da ABI, era uma figura muito conhecida e entre as façanhas a lhe serem creditadas está a autoria dos versos do Rhum Creosotado, ícone da propaganda brasileira, que afixados nos bondes chamavam a atenção do “ilustre passageiro” para o “tipo faceiro” do lado, salvo da bronquite pelo milagroso rum. Naquela época a cidade era bem mais amena e tranqüila, e o fato de que os numerosos jornais tinham suas redações no centro contribuía para que jornalistas e escritores fizessem da ABI uma segunda casa. Muitos escreviam ali mesmo e depois o *office boy* levava suas produções ao local de destino. Os sócios não se constrangiam em utilizar os serviços dos empregados da casa.

— O jornalista Gastão Pereira da Silva escrevia os capítulos diários aqui mesmo — diz Jorge, atrás de sua mesa de trabalho como encarregado do 11º andar, função que passou a ocupar, depois de 10 anos na biblioteca, e em que está até hoje — e depois eu os ia entregar na Rádio Nacional. Mas não era só isso. Gastão era um grande conquistador e era eu o encarregado de levar

flores e bilhetes para suas amadas.

Seu Jorge recorda especialmente a efervescência dos anos 50 e 60.

— No 12º andar funcionava um grande restaurante e mais de uma vez o presidente Getúlio Vargas veio almoçar aqui.

Entre os que compareciam diariamente contavam-se Aparício Torelli, o famoso Barão de Itararé, “sempre contando piadas e distribuindo gorjetas generosas”, e o compositor e maestro Heitor Villa-Lobos, que morava perto, na Graça Aranha 57.

— Charuto na boca, ele chegava de manhã para jogar bilhar com Antônio Monteiro e com os teatrólogos José Vanderlei e Paulo Orlando. Depois iam todos almoçar. Poetas, como Pádua de Almeida e Pedro Maia, invariavelmente reuniam-se às quatro para tomar o chá da tarde.

Era uma época de boemia. Muitos sócios, depois da ABI, prosseguiram seus jogos de sinuca e bilhar nos salões Azul, Tupi e Palácio, na Lapa. Levavam a coisa tão a sério que chegava a dar briga. Jorge, ardoroso jogador, embora já estivesse casado, também seguia esse roteiro todos os dias e só dormia de madrugada. Nos primeiros anos da ditadura militar, entre 64 e 68, a sede iria outra vez conhecer momentos agitados.

— Muita gente para escapar da pancadaria e do gás lacrimogêneo na rua se refugiava aqui. A polícia sempre respeitou e nunca invadiu.

Seu Jorge estudou até o 1º ano do científico. Aposentado desde 1963, largou a boemia e leva uma vida pacata em sua casa da Piedade, ao lado da mulher Maria da Conceição, com quem está casado há 48 anos e com quem teve a filha Renata, de 28 anos.

— Aqui sou feliz. Se não fosse, por que teria permanecido sob esse teto 57 anos?

Nos tempos de Monarco e Tupi

ROBERTO M. MOURA

Muito antes de ser o Monarco, ele era o Ademar. Sim, Ademar, numa alusão ao velho político populista de São Paulo, Adhemar de Barros, o criador do “rouba mas faz”. Isso ocorreu entre 1947 e 1950, quando o menino nascido em Cavalcanti e criado em Oswaldo Cruz viveu o seu primeiro emprego: oficialmente, era *office boy* da ABI — Associação Brasileira de Imprensa; no paralelo, ele próprio admite, era o parceiro das peraltices do Tupi, que ainda hoje frequenta os corredores do prédio projetado pelos irmãos Milton e Marcelo Roberto.

Monarco, cujo nome Hildemar Diniz inspirara a brincadeira dos jornalistas daquela época, entrou na ABI aos 13 anos de idade (“ainda se usava aquela carteira de menor, com capa vermelha”), pelas mãos de Herbert Moses. E foi despedido pelo mesmo Moses, aos 16, depois de aprontar mais uma ao lado do amigo Tupi.

— Durval Tupinambá, o Tupi, foi engraxate na ABI por muitos anos. Era ele quem engraxava as botas de Villa-Lobos, quando o grande compositor chegava para jogar bilhar. Aliás, cuidar das mesas de sinuca e bilhar era uma das minhas funções. As mesas ficavam no 11º andar. No 12º, o restaurante. No fim da tarde, o pessoal ia chegando e eu aprendi muito naqueles três anos de convivência ali, nos papos do bar, em volta das mesas e no silêncio da biblioteca.

Será? O que um menino de 13 anos do subúrbio poderia aproveitar do convívio com Villa-Lobos, Nássara, Pedro Motta Lima, Aparício Torelly (o Barão de Itararé), Bastos Tigre (que era o diretor da biblioteca), Silva Jardim, Arnon de Mello (pai de Fernando Collor de Mello), José Wanderley e Paulo Magalhães (estes dois eram da SBAT mas frequentavam a ABI)?

— Ah, aproveitei muito. Eu já era ligado ao samba, gostava de sambar e já me arriscava a fazer umas coisinhas. Imagine a honra que foi, por exemplo, o dia em que o Nássara chegou e me disse que ia lançar uma parceria com o Wilson Batista para o carnaval. E cantou para mim: “não quero broto, não quero, não quero não/não sou garoto pra viver só de ilusão”. Era *Balzaqueana*, que foi sucesso em 1950. Paulo Magalhães, homem de teatro, era ligado ao Fla-

mengo e às vezes conseguia o campo para o nosso time de pelada, aos domingos. Veja só, a nossa molecada de subúrbio pegando o trem para bater uma bola no campo do Flamengo.

Monarco tinha, então, 16 anos. Nássara, 40. Autor de, entre outras,

Meu consolo é você e *Mundo de zinco*, morreu aos 86, em 11 de dezembro de 1996, deixando, além da obra musical, um traço indelével na imprensa brasileira. Seu estilo único decalca talvez as melhores caricaturas jamais feitas dos amigos e parceiros, como Noel



Rosa e Villa-Lobos.

— E você acha que eu ia conviver com um homem desses e não ia ficar nada?

Mas, teria sido Nássara o personagem mais marcante daqueles anos aos olhos do menino Hildemar (ou “Ademar”)?

— Muita gente foi importante para mim na ABI. Lembro principalmente de Raul Pederneiras, também desenhista, como o Nássara. E o Jaime Pombo de Brito Filho, sócio número 1 da ABI, sujeito de uma elegância ímpar, amigo do Conde Pereira Carneiro, do *Jornal do Brasil*. Mas, mais que todos havia o Herbert Moses.

Moses admitiu Monarco, em 1947. E demitiu-o em 1950 — mas foi quem lhe arrumou o segundo emprego, no SESI.

— Ele gostava de mim, mas eu era menino e às vezes abusava. Uma vez, estávamos eu e Tupi sambando, Tupi com uma vassoura na cintura, como se fosse um estandarte. De repente, o elevador abriu a porta, de manhã cedinho. Quem era? Era o Moses. Quer dizer, a gente aprontava mesmo. Mas, hoje, olhando para trás, vejo que foi um tempo muito bom. Sou capaz de ficar horas falando daqueles meus três anos na ABI.

Falar, por exemplo, do jornal comunista de Pedro Motta Lima, que um dia a polícia invadiu quebrando tudo — por causa de autoritarismos desse nível, diz Monarco, é que o Barão de Itararé afixou na porta do jornal a placa escrita “entre sem bater”.

E lembrar também das idas e vindas aos matutinos e vespertinos de então.

— Era um mundo novo para mim. Eu entrava nas redações do *O Jornal*, *Diário Carioca*, *Diário da Noite*, *Correio da Manhã*, *A Noite*, jornais que não existem mais — e conversava com os melhores jornalistas de cada um. Nessas andanças, conheci até o Assis Chateaubriand. Mal comparando, era o Roberto Marinho daquela época.

Já no fim do papo, me dou conta da pergunta impertinente lá de cima. Ora, se Monarco aproveitou aquela convivência... Tivesse apenas feito *O lenço*, *Passado de glória*, *Tudo menos amor* e *Vai vadiar* — e fez muito mais — e não conservasse a elegância herdada dos que fizeram a glória da ABI, podia ter simplesmente mandado o velho repórter procurar sua turma.